

ATA DA 705ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 25 de NOVEMBRO 2019.

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e cinco de novembro do ano dois mil e dezenove, em segunda convocação, às vinte horas, tendo assinado a lista de presença cento e setenta e três Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente: Célio Cássio dos Santos
Vice-Presidente: Patrizia Tommasini de Souza Coelho
Primeiro Secretário: Claudio Vita Neto
Segundo Secretário: Maria Emília Alves Rocha dos Santos
Terceira Secretária: Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente - Declarou aberta a reunião. Prosseguindo, lembrou que as comunicações no Expediente tinham sido feitas na Sessão anterior, conforme então deliberado. Assim, tendo em vista que a pauta desta trataria de matéria complexa - a previsão orçamentária 2020, propôs que o Expediente fosse suprimido e que o Plenário ingressasse diretamente na Ordem do Dia. Aprovado.

4) ORDEM DO DIA

Item 1 - Apreciação do processo CD-25/2018, referente à Proposta Orçamentária apresentada pela Diretoria, para o exercício de 2020.

Presidente - Os senhores receberam o exemplar da Proposta Orçamentária com razoável antecedência e encaminhamos os pareceres das Comissões Permanentes com a convocação. Lembro que nesta reunião, o Conselho deverá deliberar a respeito da aprovação prévia das receitas e das despesas, objeto da proposta orçamentária proposta pela Diretoria para o próximo exercício, tornando-se autorizado o cumprimento das metas, após sua aprovação. Destaque-se que a peça orçamentária deve ser analisada como um todo equilibrado, entre receitas e despesas, devendo ser observado o princípio de que os recursos arrecadados se destinam, somente, ao custeio das atividades e de serviços do Clube, sem oneração de seu patrimônio, como estabelece o Art. 45 do Regimento Interno da Diretoria, que dispõe sobre a Proposta Orçamentária e o Orçamento.

Berenice Gazoni - ... Estava aqui analisando a PO. Gostaria de cumprimentar a Diretoria, em especial a equipe responsável pela execução do plano orçamentário. Um plano muito bem elaborado. Admiro também todas as discussões que foram feitas, transparentes. Acho que isso é muito bom para o Clube e está bem dentro da gestão que se pretende de compliance, como foi aprovado aqui por este Conselho. Então, parabéns a todos. No entanto, para melhor aprovação, para que possa votar e acho que esclarecimento também aos demais Conselheiros, no caso associados, gostaria de alguns esclarecimentos da Diretoria com relação à página 71, no item gastos gerais, contingências passíveis. Temos aqui na PO de 2019 R\$ 992.684,00 o gasto previsto. A projeção para 2019 no entanto é de R\$ 5.136.654,00,

um aumento, portanto, de 363,4% de acordo com os dados da nossa PO. E previsto para o próximo ano de 2020 mais R\$ 4.600.000,00. Então, os meus esclarecimentos da Diretoria com relação a esses quesitos, são: Primeiro, por que R\$ 992 mil se o gasto foi de R\$ 5,136 milhões? De onde são essas ações? Elas são provenientes de funcionários do Clube? De empresas terceirizadas? De atletas? Se de empresas terceirizadas, como isso aconteceu? Houve algum acompanhamento com relação a essas empresas? Porque a gente sabe que o problema do terceirizado, e aí me adianto, pelo alto valor envolvido tenho impressão que pode ser mais de terceirizado do que de atleta ou ex-funcionários. Para 2020 esses R\$ 4.600.000 representam 100% das causas prováveis? Qual o valor da causa provável, possível e remota para essas ações para o ano de 2020 na real? Qual o valor real total? Qual o passivo que o Clube ainda tem com essas causas prováveis, possíveis e remotas? São passivos muito grandes que temos que podemos e temos condições, em minha modesta opinião, não sei, de também ter um acompanhamento. Acho que o Conselho e os sócios gostariam de acompanhar isso, até porque temos outras companhias terceirizadas. No caso a gente tem acompanhado, temos a terceirização do nosso serviço de limpeza e manutenção pela empresa Resolv. Não vou falar absolutamente dessa empresa, porque não a conheço, só sei que é uma empresa terceirizada que presta esse serviço. Então, gostaria de saber quais os cuidados que estão sendo tomados pela gestão para que não tenhamos mais surpresas como essas e que tenhamos um passivo desse tipo, que os sócios e o Clube tenham que arcar. É isso. Muito obrigada. Boa noite.

Renato Bernasconi Zuccari – ... Queria dizer que a proposta orçamentária está mais clara para a gente analisar, está mais completa, mais robusta. Houve um grande avanço. Queria até parabenizar. Ela vem evoluindo ao longo dos anos, isso pelo menos a gente está conseguindo melhorar. Algumas coisas me chamaram atenção e aí coloco de perguntas também à pessoa que vai responder depois. Primeiro é questão da recomposição do capital de giro, que passa meio *en passant* ali na área financeira, que tem uma economia de R\$3 milhões, que a partir do ano que vem a gente não precisa mais recompor o nosso capital de giro, inclusive o próprio Luis foi da Comissão lá junto comigo, Andreas Fein, Kawall e o finado Fiore. Ou seja, a gente teria R\$3 milhões para gastar, ou economizar ou para fazer capital de giro. Isso não está refletindo nos custos. A Berenice aqui antes de mim já deu uma pista, pode ser que estejamos fazendo um colchão para esses potenciais passivos. Outra coisa, achei a previsão de patrocínios extremamente otimista, passando para mais de R\$5 milhões no ano que vem, sendo que ainda estamos em crise aí no país, e tal, e este ano foram cerca de R\$2 milhões. Ou seja, também um aumento de R\$3 milhões. São somente essas duas coisas para esclarecer depois.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini – ... Venho aqui hoje com uma emenda proposta e também como Presidente da Comissão de Jovens. Essa emenda foi proposta inteiramente pela Comissão. Foi distribuída lá na frente. Vocês puderam dar uma olhada. Vou explicá-la um pouco por causa dos termos contábeis. Tinha separado uma apresentação, mas não sei se tem alguém ali para passar os slides.

Presidente – Tem.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini – Assim que chegar discorrerei sobre ela. Nesse meio tempo gostaria de falar um pouco da minha motivação e por que a gente fez essa emenda. Quem pôde lê-la, leu que nosso objetivo é zerar as duas taxas que foram criadas tanto para o Tênis quanto para a Esgrima, competitivo este ano. Fiz isso muito porque já fui atleta competitivo aqui no Pinheiros quando jovem. E como Presidente da Comissão de Jovens percebo que os jovens do Pinheiros têm duas opções quando vem frequentar o Clube. Ou eles vêm para fazer esporte ou eles vêm socializar com outros jovens. E infelizmente a gente tem diminuído as oportunidades de sociabilização de jovens para poucas festas por ano. Com essa proposta da Diretoria de taxar os esportes competitivos aparentemente a intenção

é de que o jovem que quer fazer esporte não possa mais fazê-lo. Fiquei um pouco assustado quando li a PO e quando recebi a resposta da Diretoria sobre quais seriam os valores das taxas e as previsões de arrecadação de cada uma delas, onde a taxa de Tênis competitivo custaria R\$ 550,00 por mês, que é mais do que a mensalidade. Então, qualquer atleta que tivesse a intenção de competir pelas cores do Esporte Clube Pinheiros teria que pagar mais uma mensalidade somente para isso, um valor até maior por sinal. O que me pareceu absurdo, onde uma Associação que estamos aqui tem, antes de tudo, o nome Esporte Clube Pinheiros. Se vocês puderem perceber, o Esporte vem antes de Clube e vem antes de Pinheiros. Antes de tudo somos um Clube esportivo, deveríamos priorizar a participação dos nossos jovens em atividades esportivas e, mais, nas competitivas, onde como podemos ver hoje os resultados que têm essa priorização, onde diversos atletas competiram em nome do Pinheiros e do Brasil. Foram medalhistas e vieram aqui receber votos de louvor por conta disso. Nenhum desses atletas pagou mensalidade para estar lá competindo pelo Pinheiros. Isso é o que a Diretoria deveria continuar procurando, ao invés de taxar associados para praticarem esportes no Clube.

- A pedido do orador, inicia-se a projeção de slides.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini – Se vocês acompanharam a previsão orçamentária, na página 26 acredito eu, a gente tem o valor de conta de pessoa, que é de R\$ 117.412.587,00. Tabela nº 2 da página 26. Hoje recebemos por e-mail a explicação da Diretoria de que 95,1% das contas de pessoal são para pagamento de salários e 4,9% são para pagamento de seguro saúde. Então, o valor que ficamos de 95,1% é de R\$ 111.686.781,00. O valor de conta de pessoal mensalizado para os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, que comporta de janeiro a maio é de R\$ 37.228.927,00. Esse valor consta dos quatro meses que foram citados. O dissídio que foi aplicado no valor total desses R\$37 mil é de 3,6, só que esse dissídio foi aplicado equivocadamente, porque esse dissídio não é aplicado inteiramente no mês de dezembro, ele é aplicado 70% em dezembro e somente 30% em maio. Então, para o período de janeiro a maio a gente está superestimando a cobrança desse dissídio. Montante que foi representado, aumento de 3% do dissídio. Aqui vou explicar um pouco sobre a conta que fiz para a gente entender o que significa essa diferença no dissídio. Esse valor de 3,60 do dissídio eu mantive 0,6% para a Diretoria utilizar em promoções, aumentos salariais e quaisquer outros imprevistos. Então, esse valor foi reservado e não vai entrar na conta, esse 0,6%. Vou usar como base os 3% do dissídio. De 70% dos 3% do dissídio que está apresentado acima é 2,1. Esse valor de 2,1 é o valor que vai ser aplicado em dezembro, que é 70% do dissídio. O valor que será aplicado em maio é 0,9, que é 30% dos 3% do dissídio. E aí o valor do dissídio que será aplicado em dezembro de 2019 é o 2,1% mais 0,6% que foi reservado para aumentos de salários e outras situações não previstas. Seguindo assim, a gente tem o dissídio aplicado de 2,7, o valor dele é de R\$ 1.005.181,03. A diferença vai se dar entre o valor real do aumento do dissídio que será feito em dezembro e o valor estimado pela Diretoria. A diferença é da ordem de R\$ 335.060,34. Muito obrigado, Jorge, pelo auxílio. Esse valor que está superestimado está sobrando efetivamente no caixa do Clube, ele não vai sair de lugar nenhum, já está previsto na PO. Utilizando esse valor e recebendo a correspondência DI 691/19 da Diretoria, tive que os valores que estavam previstos de arrecadação para Esgrima de R\$ 42.753,00 e o valor previsto de arrecadação para o Tênis é R\$264 mil. A soma desses dois valores é de R\$ 306.753,00, o que é coberto por essa diferença no dissídio. A diferença entre as arrecadações previstas do Tênis e da Esgrima e o valor em que o dissídio está superestimado é de R\$ 28.307,34. A minha proposta é então a gente excluir a cobrança das duas taxas, tanto a do Tênis competitivo quanto a da Esgrima, em que a gente teria a sobra de caixa do erro contábil do dissídio para fazer isso. E a sobra de R\$ 28.307,34 fosse aplicada, na página 38 da PO a gente tem atividade designada como eventos jovens, que tem o total de 0 (zero) reais previsto para 2020. Gostaria que esses R\$ 28.307,34 fossem aplicados nos eventos jovens. Dessa maneira, a PO mantém o equilíbrio de base 0 (zero) e

ninguém é cobrado para nada, a gente só utiliza um erro que a Comissão que fez a PO cometeu. E a gente ainda consegue beneficiar os associados que seriam cobrados de maneira equivocada, em minha visão, que fique reiterado, para competir pelo Clube. Era só isso. Muito obrigado.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – ... A minha intenção hoje aqui é colaborar um pouco no entendimento do relatório da previsão orçamentária para 2020. Inicialmente fiquei bastante impressionado, que no dia 10 de outubro recebemos através do Conselho Deliberativo já uma prévia da previsão orçamentária, um resumo com os principais pontos que constariam nesse caderno. Isso foi muito bom, porque a gente já com bastante antecedência pôde ter um parâmetro do que iríamos receber para frente. Isso foi muito positivo e recomendo que seja continuada essa prática. A peça orçamentária é quase como se fosse um mapa para onde vamos seguir para o próximo ano.

José Manssur (fora do microfone) – Uma fotografia.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Uma fotografia, um mapa. Então, alguns parâmetros acho que são importantes, que vou ressaltar aqui, que tenho no caderno. Por exemplo, continuamos com $\frac{1}{4}$ dos associados que são os Veteranos e temos $\frac{3}{4}$ dos outros associados que são os contribuintes, os pagantes. Então, essa proporção continua basicamente a mesma, não muda, é um parâmetro que vai ser utilizado na previsão orçamentária. Outra coisa é o aumento da frequência de associados, então, a Diretoria estima um aumento, em torno de quarenta mil associados a mais frequentarão o Clube. Hoje em dia a frequência é em torno de dois milhões e setecentos mil associados que frequentam o Clube por ano. Pulando um pouco, agora vamos falar de estacionamento. A previsão é de ter uma frequência de um milhão e duzentos mil veículos acessando os nossos estacionamentos no próximo ano, numa proporção de 30% Faria Lima e 70% Tucumã. Nos restaurantes a previsão é termos quatro mil e setecentos e cinquenta atendimentos/dia, sendo três mil e quinhentos em lanchonetes, mil e duzentos e cinquenta em restaurantes. Devemos ter em 2020 um atendimento de um milhão, setecentos e trinta e cinco pessoas nos bares e restaurantes. É um volume gigantesco. No quadro de funcionários a variação é insignificante. Nos últimos três anos praticamente não teve oscilação nenhuma, então, um milhão, seiscentos e noventa e oito, um milhão, seiscentos e cinquenta e dois, um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco. Ou seja, para o próximo ano praticamente não tem oscilação no número de funcionários do Clube. No que se refere ao quadro de atletas, na página 15, a gente tem um quadro bem interessante que mostra que 92% dos atletas são associados e 8% são militantes. Os principais esportes são: Natação, Tênis, Judô, Ginástica Artística e aí por diante, para vocês terem uma ideia dos esportes mais importantes do Clube. Em termos de investimento, vi aqui, vai ser feito no próximo ano investimento grande na área de informática, sendo que para a área de custeio, tecnologia e assessoria de planejamento são R\$4,800 milhões. E para bares e restaurantes R\$2,700 milhões. O total do orçamento de investimento é de R\$6,300 milhões na área de informática do Clube. Quanto ao reajuste da mensalidade, página 24. Foram feitos todos os cálculos em cima da cesta básica, levando em consideração IPCA, IGPM, da onde foi obtida a ponderação de 6,42, mas foi utilizado pelo Clube 4% de reajuste. Ou seja, a Diretoria está fazendo um reajuste da mensalidade abaixo da cesta ponderada, que é positivo, mostra que a gente está trabalhando com mais eficiência.

- Conversas paralelas.

Presidente – Vamos, pessoal, tem um Conselheiro na tribuna.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Em termos de equilíbrio do orçamento. Temos quatro orçamentos no Clube: Custeio, Bares e Restaurantes, Investimento e temos a Lei de Incentivo ao Esporte. A gente vê aqui, que continuando uma praxe que já vem de vários anos. Praxe,

mas é uma coisa que não conseguimos reverter até hoje, o Orçamento de Bares e Restaurantes é deficitário, entra em equilíbrio pelo Orçamento de Custeio. Então, a gente tem aqui uma previsão de receitas R\$198 milhões no custeio. E no custeio R\$192 de despesa. Essa diferença de R\$ 6.356.000,00 do custeio sustenta bares e restaurantes no seu déficit. Nessa previsão orçamentária também, é uma novidade aqui na página 33, é um gráfico em forma de pizza, que faz a destinação da contribuição social, dos R\$ 454,00 que será a próxima contribuição, temos aqui R\$ 100,07, arredondando, serão gastos na administração e atendimento, R\$ 170,00 em operações e utilidades, R\$ 17,00 em atividades culturais, R\$ 100,00 com esportes, R\$ 19,00 serviços de alimentação, R\$ 16,00 com saúde e itens extraordinários. Então, muitas vezes a gente fala “Ah, pago mensalidade e não sei para onde vai”. Aqui a gente sabe para onde vai, onde está sendo destinado o dinheiro que é pago. Aqui na área financeira, página 67, que o Zuccari falou, a gente pode notar que tem uma redução de custo de R\$ 23,00, uma variação de previsão da despesa. Esse valor se deve aos R\$3 milhões que não serão provisionados para recuperação de capital de giro. Então, esse é um item importante aqui na área financeira, que existe essa modificação de uma praxe que já vinha sendo adotada em vários anos anteriores. Então, deixa-se de provisionar esses R\$3 milhões para recomposição do capital de giro. Importante também mencionar que a Diretoria da Área de Governança e Compliance começa a ter um volume de recursos um pouco maior. A previsão de trabalho para esse próximo ano é grande, aqui na página 68 tem detalhado todos os projetos que serão feitos, mas principalmente é a divulgação dos seus trabalhos para todos os agentes envolvidos. Na área jurídica, que também já foi comentado, tem provisão de contingência passiva de R\$4,600 milhões, são provavelmente ações trabalhistas, que chama atenção. Na área de marketing chama atenção, também é uma variação, que deixam de ser utilizados serviços operacionais, não sei se eram funcionários do Clube, e passam a ser utilizados serviços especializados. Muda uma alíquota aqui, os valores são semelhantes. ... Então, existe o equilíbrio entre as peças orçamentárias. Depois a gente entra aqui em bares e restaurantes. É importante ressaltar que nos anos de 2018, 2019 e previsão para 2020 o déficit de bares e restaurantes permanece igual, não existe aumento e não existe diminuição. Então, parece certo equilíbrio. Na área de Lei de Incentivo ao Esporte temos R\$5,500 milhões de projetos em andamento e mais R\$7,400 milhões previstos para o próximo ano, sendo que as principais áreas para onde foi destinado o recurso é Atletismo, depois Natação, Judô, Ginástica Artística, Voleibol e Handebol. Terminando aqui, a previsão orçamentária para investimento, vamos terminar o ano de 2019 com R\$31 milhões em caixa. Temos a previsão de arrecadar mais R\$17. Vamos gastar R\$8,800 no programa de investimento em tecnologia da informação e R\$29 milhões estão previstos para serem gastos em investimento no Clube, sendo que os principais será a reforma do Tênis, com R\$12 milhões, reforma do atual Centro Administrativo R\$8,400 milhões e revitalização do estacionamento da Tucumã. Então, era isso que queria falar. Achei que esses são os parâmetros e peças principais que têm aqui no caderno. Acho que o orçamento está equilibrado, o reajuste da mensalidade é adequado, 4%. Gostaria de deixar consignado meu voto pela aprovação dessa peça orçamentária. Muito obrigado. Boa noite.

Carlos Adolfo Bellio do Amaral Schmidt – ... Quero apenas dizer que sou, como disse o Serginho agora a pouco, sou absolutamente contra a cobrança dos esportes competitivos. Eu, como vários aqui, sou sócio desde que nasci. Já participei de esporte competitivo defendendo as cores do Clube. Não sou técnico no assunto para saber da onde virá o crédito, ou a receita para compensar eventualmente a revisão dessa cobrança. Uma das hipóteses, pode ser que seja o que o Serginho bem fundamentou, acho que tem lógica o que ele disse. Se vai sair do Custeio, se isso vai ser revisto pela Diretoria. Mas acho que o princípio do Clube, que é pinheirense de coração, quem competiu pelo Clube não pode de maneira nenhuma sofrer a limitação de cobrança para o esporte competitivo. Obrigado. Nós já recebemos e cobramos com justiça de todas as atividades recreativas. Tem que ser cobrado de fato, não é possível o Clube viver apenas com a mensalidade. Existem as despesas relacionadas à luz, à manutenção, aos vestiários, ao horário extraordinário dos funcionários,

essas atividades têm que ser cobradas, mas o ponto primordial do Clube, o que inclusive está nos Estatutos Sociais é atividade esportiva buscando o exemplo para todos os filhos, netos e para nós mesmos que sempre, mesmo como atletas amadores, todos aqui que participaram e disputaram com atividade competitiva, olímpica pelo Clube, sonharam em participar de um campeonato olímpico, de uma olimpíada ou de um campeonato mundial, de ser federado, de ser convocado para uma seleção brasileira. Então, acho que o exemplo que a gente tem aqui dentro do Clube de incentivo ao esporte olímpico, que é a essência do Clube, é fundamental para quem de fato quer ser sócio do Clube. Se alguém tem interesse de ser sócio de um clube apenas, que não é nenhuma desonra, nenhum erro, que a pessoa tem interesse de ser sócia de um clube apenas social. Aqui a atividade é social, é recreativa, mas é competitiva também, porque quantas vezes, eu inclusive até com meus filhos, e quem aqui não teve essa experiência, no Judô, que é um dos esportes fortes do Clube, na Natação, dos filhos, dos netos nadarem com atletas olímpicos. Então, se cobrarmos a atividade competitiva, isso vai contra tudo que a gente prega dentro do Clube, a gente desincentiva, inclusive porque vão existir atletas de melhor capacidade técnica que eventualmente não tenham capacidade econômico-financeira para suportar essa despesa extraordinária, por menor que seja. Porque às vezes a pessoa tem um, dois, três filhos, paga aquela mensalidade, para quem já tem mais de 18 anos atualmente é R\$ 437,00. Multiplica isso por três, quatro ou cinco pessoas da mesma família, mais as atividades amadoras: Futebol, Tênis, seja lá qual for a atividade amadora que a gente faça isso onera a família. E acho que o esporte competitivo é aquele que está defendendo os interesses do Clube, está defendendo as cores do Clube e dando exemplo para as gerações mais novas de terem bons exemplos, não se meterem com droga, terem uma atividade saudável. Óbvio que isso tudo aparentemente parece um clichê, mas não é. Então, acho que aquele que opta por adquirir um título do Esporte Clube Pinheiros já tem que ter em mente de que parte daquele esforço financeiro que a família está tendo é para sustentar o esporte competitivo, para dar esse grande exemplo que a gente tem aqui há 120 anos. Então, é isso, sou contra cobrar qualquer taxa de qualquer atividade competitiva, seja Esgrima, seja Tênis ou qualquer outra. E a gente abre um precedente muito perigoso aqui de fazer essa cobrança, porque acho que o Clube tem dinheiro suficiente para tirar o dinheiro de outra área para compensar isso, porque essa é a célula fundamental do Clube, que é o esporte competitivo. O resto a gente pode ajustar. E me parece também que é importante dizer, uma coisa que sei que é inevitável, o déficit de bares e restaurantes é inevitável. Todos sabemos disso. É uma luta de toda a Diretoria para tentar reduzir esse déficit. Mas então que a gente diminua um pouco a previsão de déficit dos restaurantes que, salvo engano, é mais de R\$6 milhões para o ano de 2020. E com uma nesga deste valor a gente pague esse déficit, é fracionado. Pois não.

Ivo Kesselring Carotini (aparte) – Sou Conselheiro há mais de 50 anos, nunca vi, desculpe-me, quem é o autor dessa proposta, uma aberração tão grande o atleta do Esporte Clube Pinheiros pagar por praticar. Tenho a honra, a maioria sabe, me conhece de longa data, sou duas vezes atleta olímpico, sou campeão Pan-Americano, Sulamericano, um dos maiores atletas, sócio, não militante, porque trazer neguinho aí para correr e pagar, nós pagávamos. Agora, voltar a pagar R\$ 500,00 para prática de um esporte para a pessoa se tornar um atleta, ele vai treinar no Tietê, Espéria, Paulistano – Desculpe-me, ia me expressar de uma maneira muito forte – mas ia dar um pezinho no traseiro do Esporte Clube Pinheiros. Preste muita atenção para aquilo que estou falando. Nasci aqui dentro. constituí minha família aqui. Morei aos 11 anos na Rua Tucumã e fui ser atleta olímpico como sócio, não como militante do Clube. Já imaginou meu pai ter que pagar para eu ser atleta!

Carlos Adolfo Bellio do Amaral Schmidt – Só quero reiterar, Dr. Célio. Parabênz o senhor, é isso mesmo o que penso também, acho que isso é tão absurdo de fato, porque é um valor de R\$42 mil que está previsto na proposta orçamentária para Esgrima. Chega a ser ridículo R\$42 mil. Então, é melhor que nós todos Conselheiros, que temos 200 aqui, a gente faça uma vaquinha aqui para cobrir eventual despesa disso. É ridículo! Desculpe-me aí o

mau jeito, mas tive que me inflamar agora, perdoe-me a Diretoria, sei, não tenho nada pessoal contra ninguém dentro do Clube aqui de maneira nenhuma. Me dou com todos, mas nem é uma questão política, acho que é uma questão de princípio aqui em relação ao Clube. Já defendi várias vezes a cor do Clube e todo mundo sente orgulho disso. Boa noite.

Andreas de Souza Fein - ... Louvo inicialmente, Sr. Presidente, a distribuição da PO na última reunião do Conselho. Ainda não é o ideal. O caderno deve ser distribuído aos Conselheiros concomitantemente à distribuição às Comissões. Louvo a ação, ao mesmo tempo em que reitero minha solicitação de que a distribuição seja feita logo da recepção pelo Conselho do caderno, e ao mesmo tempo em que ele é enviado às Comissões. Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para solicitar a distribuição da prestação de contas aos Conselheiros da mesma forma, ou seja, na data em que forem distribuídas às Comissões, o que deve ocorrer regimentalmente até o dia 15 de março de 2020. Há que se incentivar e promover o conhecimento dos nossos projetos, orçamentos e despesas. A simples análise dos nossos documentos gerenciais e fiscais, a saber: a Proposta Orçamentária, o RAM, o Boletim e as demonstrações anuais é muito gratificante e elucidativo, permitindo apreciar a magnitude da nossa Agremiação. Seguindo na linha da apreciação, comento que ao cotejar a presente PO com as dos anos anteriores, percebo que o nosso modelo precisa ser revisto. Chego a essa conclusão com muita tranquilidade. Enquanto Assessor de Planejamento da Diretoria, no período de 2015 a 17, coordenei a elaboração das propostas orçamentárias de 2016, 17 e 18, que seguiram basicamente o modelo que hora analisamos. Ano após ano, via de regra e com poucas exceções, temos observado aperfeiçoamentos e avanços, sendo poucos os retrocessos. O problema de fundo não está nessas elaborações, mas sim em nosso modelo. É chegado o momento de o repensarmos. Por essa razão, a da necessidade de modificar nosso modelo eu não detalharei aqui grandes análises de valores. Há sim muito que se poderia fazer, mas me concentrarei prioritariamente em questões conceituais. Basicamente, o que há a ser analisado são as subvenções que o associado fará, a saber: nas áreas esportivas R\$34 milhões. Esse déficit é derivado principalmente das áreas de esportes associativos e competitivos e de esportes olímpicos e formação, que apresenta um déficit acumulado de R\$37 milhões, parcialmente compensado pelo superávit de R\$3 milhões da área de relações esportivas. Adicionalmente temos o déficit na área cultural de R\$1,5 milhão. Área social de R\$4,7 milhões e de bares e restaurantes R\$6,4 milhões. Somando tudo R\$46,6 milhões. Aparentemente, para cobrir este déficit, o associado contribui com apenas R\$ 87,21 por mês da sua contribuição social, o que aporta essa cobertura R\$29,7 milhões, restando um saldo de R\$16,9 milhões, cobertos pelas receitas patrimoniais, médicas, marketing, novos negócios e patrocínios, aparentemente. Pois, como exemplo, no Fitness, no estacionamento, em várias outras rubricas há valores investidos pelos associados e usuários das diversas atividades nas áreas deficitárias e que não são identificados. Há muitos exemplos que se poderia tomar na análise da PO, documento da maior importância e norte na gestão do Clube. A questão não é o valor do subsídio ao esporte, repito, o problema não é o associado investir R\$34 milhões no esporte, essa é nossa razão de ser. Também não o é investimento de R\$1,5 milhão no cultural ou os R\$4,7 milhões no social. O problema é não saber como, com que objetivo esse valor será investido. Nossa PO deveria trazer os objetivos dos diversos departamentos esportivos, eles que são a nossa principal razão de existir. De que campeonatos pretendemos participar? A que posições nesses campeonatos pretendemos que nossos atletas estejam aptos a concorrer? Não há uma palavra sobre projetos, programações, intenções, etc., de nenhuma seção ou departamento em todas as 128 páginas da nossa PO. Isto tem acontecido nos últimos anos, não é novidade nenhuma aqui. Precisamos introduzir a noção de atendimento de metas e objetivos no investimento em nossas atividades esportivas. Há muito que evoluir em termos de transparência de critérios. Por exemplo, destinaremos em 2020 R\$10,5 milhões a bolsas e moradias. Não questiono o valor num primeiro momento, o que questiono é a completa ausência de informação sobre os agraciados com esse investimento. Quem recebe moradia? Como são selecionados? Por que os recebe? Como são definidas as bolsas? E as moradias, quem as

define? O mesmo se passa com as viagens, em que investiremos redondamente R\$3,5 milhões. Cabem aqui as mesmas perguntas. Quem viajará? Escolhido por quem? Com base em que critérios? Para quê? O esforço por melhor gestão passa necessariamente por melhor conhecimento da realidade, seja ela qual for. Precisamos saber com maior exatidão o quanto queremos gastar, em que e para que, para definirmos o quanto precisamos receber. Logo, o quanto cada associado deverá investir para atender os objetivos estabelecidos e aqui acordados. Como estamos estruturados hoje não oferecemos nem transparência, nem equidade, as informações não são as mesmas para todos e nem prestamos contas claras. Consequentemente tisnamos a nossa responsabilidade corporativa. O conjunto mostra que ainda temos grandes oportunidades de evolução de nossas boas práticas de governança corporativa. Portanto, volto a minha conclusão, nosso modelo deve ser revisto, promovendo efetiva transparência e permitindo análises e decisões gerenciais que efetivamente venham ao encontro de uma melhor governança corporativa. Por exemplo, não há na PO um simples resumo das receitas e despesas por área. As receitas são agrupadas e apontas como taxas esportivas. O quadro da página 31 é sucinto e não apresenta as linhas correspondentes de receita, despesa e resultado. Continuando no tema transparência, infelizmente foram introduzidas no RAM no último ano alterações que prejudicam saber exatamente a execução orçamentária. Assim, cito, por exemplo, no Tênis temos as despesas divididas em várias atividades, enquanto que na rubrica receitas temos apenas taxas esportivas do Tênis. Essa sistemática também foi adotada nessa PO. Não apenas isso, mas à página 29 somos informados que essa sistemática será doravante definitivamente adotada para elaboração do RAM. Respeitosamente, rejeito essa alteração e solicito que voltemos à sistemática anterior, ou seja, a cada despesa corresponda a uma fonte de receita. Esse problema aparece em todas as seções. Por exemplo, nessa PO em tela, na Natação temos receitas da Natação, página 36. Ao passo que na página 60 temos despesas separadas para nove atividades da Natação. Ao verificarmos a página 120, nas taxas propostas para a prática de Natação, deduzimos que os inscritos em cinco daquelas modalidades gerarão receita de R\$2,1 milhões, que será usada para cobrir parcialmente o total de despesas de R\$7,8 milhões, previsto para toda a Natação em 2020. Esse procedimento se verifica em todos os setores. O associado tem o direito de saber aonde está indo o quanto investiu. Como afirmei, precisamos incentivar o conhecimento de nossas realidades e o caminho para isso passa por relatórios mais objetivos, de mais fácil leitura, mais intuitivos, mais inteligíveis e de mais fácil e melhor compreensão por aqueles que não têm a destreza e a vivência na leitura e análise nesses tipos de documentos. Da mesma forma, nossos instrumentos gerenciais... devem permitir o acompanhamento do entendimento de metas e objetivos. Reitero, respeitosamente, a bem da transparência, que rejeito essa alteração e proponho emenda modificativa no sentido de que não apenas retornemos meus prezados Pares e prezado Sr. Presidente, a prática de apresentar no RAM a cada rubrica receitas e despesas tal como era feito até há pouco, até o final de 2018 seguramente, mas que também se faça isso nas próximas propostas orçamentárias. Essa emenda não mexe nenhum centavo sequer de qualquer das contas apresentadas e mantém o equilíbrio orçamentário. Continuando, Sr. Presidente, tenho uma recomendação a fazer, prezados Pares, prezado Sr. Presidente, quanto ao disposto na página 96, sobre a recomposição do capital de giro, tema já brevemente comentado pelo nobre Conselheiro Zuccari. Proponho uma recomendação ao Plenário de retificação, e o faço por razões exclusivamente conceituais. A Comissão Especial se debruçou sobre o tema, presidida pelo saudoso Conselheiro Antonio Carlos Fiore, recomendou uma recomposição de R\$14 milhões, que foi depois ratificado por esta Casa. O relatório da Diretoria, de 2018, aponta que até o final daquele exercício já tínhamos atingido uma recomposição de R\$11 milhões e o RAM agora, o último RAM de outubro confirma que já recompusemos mais R\$3 milhões. Ou seja, os R\$14 milhões que foram definidos como objetivo naquele então, foram plenamente atingidos, razão porque da minha recomendação. Acho que devemos retificar o texto que está na página 96, que diz que porque a verba usada para despesas judiciais imprevistas – Não me lembro exatamente o termo – não será feita recomposição em 2020, que repensaremos para 2021. Não, se a Diretoria acha que não deve

recompor é porque já foi recomposto. Então, quero fazer essa recomendação, Sr. Presidente, para que não tenhamos aqui um precedente. Sei que não é objetivo da Diretoria, isso aqui certamente foi um deslize, um lapso na redação, mas pode levar que se estabeleça um precedente de que no futuro alguma Diretoria diga que não atendeu a determinada recomendação orçamentária, ou qualquer outra recomendação desta Casa, porque não deu para fazer e mais tarde eu vejo. Então, insisto que seja feita essa recomendação. Finalizando, então, Sr. Presidente, voto propondo a emenda modificativa que propus, de manutenção de demonstrativo... Pois não.

Presidente – Nesse caso, Dr. Andreas, até conversamos brevemente. Acredito que seja um caso, como já está pronta a proposta, apresentada. O senhor efetivamente está fazendo menção a propostas anteriores, a forma de apresentação, acredito que seja mais adequado uma recomendação nesse aspecto para a próxima também.

Andreas de Souza Fein – Não entendi, o senhor está se referindo a minha proposta, que seja também uma recomendação?

Presidente – Isso, acho que seria mais adequado, até de certa forma, revendo a posição que brevemente comentamos, mas, enfim.

Andreas de Souza Fein – Tudo bem, tínhamos comentado. Sr. Presidente, o que me incomoda é que temos nove, dez, meia dúzia de linhas de despesa e aparece lá receitas do Tênis. Tênis nós temos receitas: jogar, aulas, kids, escolinha e aparece receitas do Tênis. Acato sua sugestão, sei que há precedentes na Casa, mas espero que realmente a Diretoria siga essa recomendação. Já tive oportunidade de conversar com o Gerente Financeiro, o Eduardo, sempre nos atende com muita presteza e propriedade. Mas, então, acato sua sugestão. Também recomendo a retificação e, finalizo, lembrando que os valores das obras mencionados aqui nessa PO são meramente indicativos de intenções, eles não dispensam aprovação específica de cada uma delas no momento oportuno, que a Diretoria julgar conveniente mandar para esta Casa, não dispensam a apresentação aqui para o nosso Conselho. Agradeço o tempo extra que o senhor me concedeu. Sr. Presidente, prezados colegas, esses são meus comentários. Obrigado a todos pela atenção. Muito obrigado. Boa noite.

Mario Montenegro Gasparini – ... Os Conselheiros que me precederam já falaram bastante sobre os temas que reputo como importantes, como o tema dos índices, assim como também com relação à reserva de contingência que precisa ser melhor explicado. O tema também que me chamou atenção é pagamento de acordo trabalhista utilizando verba do Fundo de Emergência, que acho que também é algo que a gente precisa reavaliar. Outro ponto que também acho importante reiterar é com relação à área de governança, que está hoje embaixo da Diretoria e creio que na verdade devia ser avaliada, ter uma dinâmica parecida com a do Conselho Fiscal, uma vez que ela tem a responsabilidade de fazer um trabalho de avaliação de conduta não deveria estar subordinada nem ao Conselho, nem à área específica, da Diretoria. Mas isso são apenas sugestões. Na verdade, o que me traz aqui, de uma maneira objetiva é apresentar a vocês uma emenda modificativa também. Independentemente de qualquer coisa, gostaria de destacar, primeiro, a lisura com que me sinto discutindo o tema da previsão orçamentária, como Dr. Kawall mencionou, é um mapa que deve orientar a Diretoria no sentido da consecução de todos os atos e todas as exigências práticas do Clube. E que ano a ano a gente vem tido realmente uma evolução, que certamente também foi contemplado nesta Diretoria. Parabenizo o trabalho feito pela equipe técnica do Clube, que certamente se esforça muito. A gente sabe que a PO é um trabalho árduo, que é feito por todas as áreas, certamente a Assessoria de Planejamento tem uma responsabilidade maior, mas todas as áreas contribuem. É um esforço muito grande para conseguir com antecedência adequada nos apresentar o que vai acontecer no próximo ano. Certamente, em

virtude disso algumas coisas acabam saindo um pouco fora do trilho, como foi colocado aqui na parte de esportes, que realmente é algo bastante fora do padrão do Clube. Acho que talvez seja a primeira vez que aconteça isso. Assim como outras coisas, que é efetivamente o que a gente vai tentar aqui contribuir com o Presidente Ivan e sua Diretoria, no sentido de tornar a utilização das verbas do Clube e melhor possível. Bom, então, como soa ser, propostas como essa não têm caráter político, elas devem obviamente procurar atingir um objetivo que na verdade é apenas, como disse, uma contribuição. Certamente os conceitos de transparência e equidade devem ser seguidos aqui. E não tenho dúvida que a Diretoria e todos aqui, todos os Conselheiros envolvidos, a despeito da diferença da visão que possam ter sobre um ou outro assunto, estão sempre interessados em encontrar o melhor caminho para conduzir o Clube e manter o Clube na responsabilidade que temos de manter com o nível de excelência que atingimos até hoje. Assim sendo, então, apresento minha justificativa, de acordo com o Art. 45, todos aqueles incisos, em nosso caso é uma modificativa, que visa na verdade alterar parcialmente a proposta orçamentária apresentada pela Diretoria, da seguinte forma: Todos sabemos que o Esporte Clube Pinheiros tem longa tradição na formação de atletas, motivo de orgulho para todos nós, em especial para nossas crianças. Aproveito a oportunidade para informar a todos e parabenizar todos os pinheirenses, pois nesse último final de semana fomos agraciados no Congresso da Confederação Brasileira de Clubes com o Prêmio FENACLUBES de Clube Esportivo 2019. A Diretoria, representada por seu Presidente, Sr. Vice-Presidente, esteve lá e recebeu o troféu, que certamente foi lastreado na excepcional participação dos atletas pinheirenses junto aos Jogos Pan-Americanos, o que coroa um trabalho que começou um pouco antes da Olimpíada aqui no Brasil, porque o Dr. Andreas Fein tem toda razão quando se preocupa em conhecer um pouco o planejamento. Mas estando na Diretoria, ele deve se recordar que se há uma área no Clube que procura fazer um planejamento com bastante antecedência é a área esportiva, que já há algumas gestões coordenou o seu planejamento com o ciclo olímpico. Então, isso tem sido demonstrado absolutamente adequado pelos resultados expressivos que a gente tem auferido aos nossos atletas. Então, parabenizo a Diretoria, até Dr. Célio Cássio, isso deveria estar no Expediente, não sei se perdi alguma coisa, mas não falamos desse prêmio. Essa é uma láurea de destaque que o Clube teve e precisa ficar registrado. Dentro dessa visão, fica consagrado não só o ideal olímpico, que norteia as nossas ações, assim como no nosso nome. Como o meu filho Sérgio mencionou aqui, esporte está escrito. Nesse contexto e atendendo a crescentes solicitações de comissão de pais, em especial pais da Natação, Polo Aquático, Judô, Esgrima, Tênis e Ginástica Artística, que sempre apontam para a necessidade de um incremento nas verbas de viagens ou verbas para competições oficiais amistosas em São Paulo, para um melhor desenvolvimento esportivo e maior incentivo aos nossos jovens atletas, de 8 a 14 anos, além do que indica e recomenda o Plano Diretor de Esportes, aprovado por este Conselho Deliberativo, venho propor um incremento do valor de custeio nas rubricas locomoção geral, viagens, custos com estadias nas contas da formação para cada uma das modalidades esportivas previstas na PO, com montantes diferenciados e relacionados a um número de atletas inscritos, informando que... Essa nossa mesma PO traz sempre na coluna do quadro a seguir, que vou pedir ao Jorge.

- É feita a projeção de slides durante a explanação do orador.

Mario Montenegro Gasparini – Quadro 1, Jorge, por favor. Informando nessa mesma coluna valores que vão de R\$18 mil a R\$35 mil, perfazendo um total... Só precisa apagar a luz, por favor, Presidente. Não sei se está dando para lerem ali.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.

Mario Montenegro Gasparini – Esse quadro que vocês estão vendo aí tem apresentado na 1ª coluna as modalidades. O valor previsto na PO como receita para essas modalidades

nessa rubrica que mencionei a vocês, a nossa proposta, na 3ª coluna de incremento, levando-se em consideração o número de atletas de cada uma das seções, que também foi baseado nos elementos apresentados por essa PO. E na coluna nº 4 vocês têm quanto é que ficaria a soma dos dois, o que foi apresentado, sugerido, proposto pela PO e o que a nossa emenda está propondo. Destaco que Tênis formação está 0 (zero) na PO, Levantamento de Peso formação também está 0 (zero) na PO e Triathlon também está 0 (zero) na PO. Na coluna nº 5 vocês podem encontrar as páginas no caderno da PO que traz todos esses elementos, assim como na última coluna o número de inscritos em cada uma dessas seções. Então, foi se levado em consideração os agrupamentos pelo número de associados da seção para chegar à conclusão de oferecer alguma coisa de maneira equânime.

Presidente – Dr. Mario, só para a gente se organizar aqui para eu não me perder. Nessa conta do senhor estamos aumentando uma despesa em R\$936 mil no total.

Mario Montenegro Gasparini – Não, R\$360 mil.

Presidente – Desculpe-me, é que estou torto aqui. Está bom.

Mario Montenegro Gasparini – R\$360 mil. Já vou apresentar como vamos fazer o equilíbrio dessa proposição. Sublinho ainda que considerando o fato inegável que a cada ano o ECP amplia sua base de atletas de formação sempre talvez em projeção geométrica, é importante que tais verbas possam ser administradas pelas Diretorias Adjuntas, que são os que têm contato direto e maior sensibilidade não só com as demandas e necessidades de seus atletas, assim como também com as comissões de pais. Como contrapartida orçamentária, uma vez que a peça orçamentária deve manter seu equilíbrio como já nos ensinaram inúmeros próceres aqui neste Conselho, proponho a introdução de novas receitas vinculadas à utilização da área, que é hoje denominada Areias, com o nome Areias Jogar, abrangendo Beach Tennis, Futevôlei e Vôlei de Areia nos mesmos moldes de outras áreas e de uso exclusivo específico no Clube e que requerem uma zeladoria, controle e cuidados particulares, como é o caso por semelhança do Squash e do Tênis. Segunda. Para determinação dos valores...

José Manssur (fora do microfone) – Seria cobrada?

Mario Montenegro Gasparini – Sim. Na verdade, como o Dr. Célio Cássio colocou, Dr. Manssur, já recebo como aparte de V. Sa., para fazer frente à despesa apresentada eu preciso apresentar uma receita. Como hoje não temos nas áreas de areias, que é uma área que tem crescido de maneira bastante expressiva e é muito nova no Clube, ainda não temos essa característica de cobrança do Jogar. Não estou falando competitivo, não estou dizendo de área competitiva, estou dizendo que é a mesma coisa que acontece no Tênis, que você se inscreve e paga uma inscrição. No Squash você se inscreve e paga uma inscrição. É justo também que essa área, na medida da confirmação da sua perenidade, que já tem um monte de gente participando, possa também dar sua contribuição, uma vez que a Diretoria está preocupada em encontrar caminhos para tornar equânime as cobranças. Para determinação dos valores tomei por base o número total de inscrições previstas na presente PO. A PO atual determina que vamos ter aí alguma coisa como 600 alunos participando da seção. Então, eles têm aulas e pagam aulas, – As verbas, inclusive a Diretoria mandou ontem ou anteontem algumas informações acerca de que os valores de receita que estão apresentados na PO dizem respeito a aulas, não às inscrições, como na verdade temos no Tênis. Se tem aula, tem inscrição e funciona assim – constantes na página 36/117. E certamente é algo que me chamou atenção, porque é 25% maior do que o atual número de praticantes, o que determina que há realmente uma crescente preocupação com relação a isso. Na verdade, hoje é da ordem de 480, segundo o último RAM disponível. A partir de então nós teríamos nessa coluna, nesse quadro vocês podem ver... Aqui na verdade vou explicar um pouquinho

para vocês como é que a gente chegou nesses números, para que a gente possa mostrar de onde vão chegar os R\$360 mil. Então, você tem hoje no Beach Tennis as receitas no Futevôlei e Vôlei de Areia e o número de inscritos por cada uma dessas seções. Na verdade, essas receitas são em razão das aulas. O número estimado em nossa PO atual para praticantes em cada uma das seções é o apresentado na 3ª coluna, o que significa basicamente, estamos falando na PO de duas temporadas, ou seja, dois semestres, 1º e 2º semestres. E o número de usuários por temporada. Na coluna de cima está um pouco pequeno, não sei se todo mundo consegue ver, é a proposta do valor do custo mensal por temporada ou mensal da Areias Jogar, de 12 a 17 anos. Aí é uma característica específica, que no caso de areias não começa mais cedo do que 12 anos. Então, mensalmente haveria um pagamento de R\$ 58,50, ou R\$ 234,00 pela temporada. Maior de 18 anos R\$ 82,50, ou R\$ 330,00 na temporada. E Veteranos R\$ 57,00, ou R\$ 228,00 na temporada. Esses valores baseiam-se na mesma proporção e modelo já em utilização e mantido na atual proposta para as áreas de Tênis e Squash e considerando a estratificação por faixa etária, que efetivamente também consta dos anais do Clube, o que permite a gente fazer essa correspondência, fazendo com que na soma, o próximo quadro vai mostrar, a soma atingindo os R\$360 mil. Ou seja, teríamos 60 inscritos até 16 anos, pagando R\$ 234,00 por temporada, que seria R\$ 14.040,00; 420 acima de 17 anos, R\$ 136.600,00. E os Veteranos, 120 pagando R\$ 228,00 por temporada, que perfazeria R\$ 27.360,00. R\$ 180.000,00 por temporada, R\$ 360.000,00, zerando o equilíbrio da proposta modificativa. Obrigado, Jorge. Como justificativa, um dos pontos que mais merece atenção nessa PO é a área de formação de atletas, isso ficou evidenciado inclusive com a preocupação da Diretoria em distribuir hoje mesmo uma informação complementar acerca da PO. Essas nossas categorias base são as nossas categorias básicas, na qual temos exclusivamente associados, objetivo maior de uma Instituição formadora esportiva. Esse é o tom geral que observei em todas as conversas com os grupos de pais da maioria das modalidades, como por exemplo, Polo Aquático, Judô, Natação, Tênis, Ginástica Artística e Esgrima, cujos posicionamentos sempre convergem para a necessidade de incremento nas verbas de viagem, ou verbas para competições oficiais amistosas em São Paulo, para o melhor desenvolvimento esportivo e maior incentivo desses jovens atletas, acrescido ao fato inegável de que cada ano o ECP sempre amplia a sua base de atletas. Daí que o incremento nesse ponto seria muito positivo para os nossos associados mirins e poderá produzir resultados a curto, médio e longo prazos relevantes, atingindo todos os objetivos já elencados acima. Desta forma, a proposição de incremento nessas contas de formação não pode ser ignorada pelo Conselho, em minha avaliação, contemplando todas as contas contábeis apresentadas na PO para formação nas páginas indicadas tanto na nº 1, emenda, subitem b, perfazendo esse incremento de R\$ 360 mil. Tem outro ponto que gostaria de chamar atenção... A introdução de cobrança permite também...

- Conversas paralelas.

Presidente – Conselheiros, vamos fazer silêncio, faz favor, senão fica difícil a gente compreender.

Mario Montenegro Gasparini – A introdução dessa cobrança permite também que se crie controle, fazendo com que naquela área possamos ter certeza que as pessoas que estão utilizando estão devidamente inscritas e fazendo com que aquele espaço exclusivo e limitado para prática dessas três modalidades, uma vez que as crianças do parquinho, por exemplo, não podem atravessar a alameda e brincar lá nas quadras de areia, porque elas sofrem um risco, uma vez que uma atividade esportiva está acontecendo ali. Então, é justo que as pessoas que estejam ali estejam devidamente autorizadas e efetivamente inscritas na seção. E também limitação de espaço para associados, uma vez que com a forma de acesso feita atualmente a gente não tem condição de saber se somente associados estão usando aquela área, ou se eventualmente algum convidado pode vir a utilizar, como já aconteceu, por exemplo, em nossa pista de atletismo, que um convidado, ou um acompanhante acabava

utilizando. Então, certamente essa parte do controle também é extremamente importante. Outro ponto que também queria destacar é a partição adequada dos custos específicos do espaço por seus utilizadores, uma vez que os custos de manutenção da área não estão especificados na PO, mas com certeza incluídos nas despesas de outras áreas, como é feito hoje em dia aqui no Clube, por exemplo, na área de operações ou antigos serviços gerais. Apesar das recorrentes tentativas de associar o diferencial entre valores e receitas, na ordem de 20%, na verdade destina-se à composição do fundo interno para custeio de subsídios e outras áreas do Clube. Assim, termino, Sr. Presidente, concluindo que a presente proposta mantém o equilíbrio entre despesas e receitas na PO 2020, ajusta despesas de forma a beneficiar os nossos jovens pinheirenses na área de formação, que é tão importante, atendendo a uma antiga reivindicação de diversas comissões de pais, incorpora novas receitas oriunda da criação de nova taxa esportiva, denominada Areias Jogar, criando uma equanimidade entre as áreas afins, ficando num patamar bastante aceitável face aos benefícios oferecidos por essas seções hoje. Como decorrência da aprovação, a Diretoria deve incluir esses temas todos na PO.

Carlos Alexandre Brazolin (aparte) - Não pode ser de outra maneira, a exposição foi muito boa. Conselheiro, concordo plenamente que a formação não teve o olhar necessário de um excelente Diretor que temos aqui, ele colocou verbas em outros locais, mas diminuiu da formação, não é normal deste Diretor, que é tão bom nisso. Mas mais uma taxa, mais um lugar taxado, onde vamos colocar todas essas receitas, ou melhor, todas essas despesas? Porque vamos ter que fechar a área, vamos ter que fazer todo um controle, como existe hoje na piscina. Também fui da área. É uma área que está crescendo no Clube, é uma área maravilhosa, temos que ter controle sim, concordo plenamente com o senhor. E que esse dinheiro que precisamos para formação tiramos de um atleta profissional, como falou nosso Conselheiro antes, outro atleta, não precisamos ter os seis melhores da Natação num local, precisamos ter nossas crianças melhores assistidas. Minha filha entrou na Esgrima, vou ser uma pessoa...

Mario Montenegro Gasparini - Beneficiada?

Carlos Alexandre Brazolin - ...que poderia ser beneficiada, mas acho que poderia ser beneficiado de um lugar melhor. ... O senhor não acha que deveríamos cortar no profissional do que no sócio normal? Únicas coisas que ele tem são pista de atletismo e quadras externas que não são pagas hoje.

Mario Montenegro Gasparini - Desculpe-me, respeito, acho que entendo sua colocação. Discordo frontalmente, acho que não tem nada a ver com a piscina, na verdade estamos falando de uma área que é parecida com o Tênis, não há como comparar, porque não é qualquer sócio que pode entrar nas areias, não é qualquer associado que pode entrar, como ele entra, por exemplo, na pista de atletismo e fica lá tomando sol. Se eu for querer sentar com minha cadeira na área de areias vou incomodar o pessoal que está jogando e não faz o menor sentido. Respeito sua colocação, mas de qualquer maneira, acho que por uma questão de equidade e por uma Diretoria que se preocupou em taxar esporte competitivo, falar de equanimidade entre as áreas é o mínimo. Me sinto como alguém que está contribuindo, que alguém ainda vai dizer "Que tem alguém que está na verdade defendendo essa área, que está protegendo essa área". Isso não é adequado. Aqui o adequado é que todos tenham o mesmo direito, o mesmo dever, isso é o que defendo. Muito obrigado.

Cândido Padin Neto (aparte) - ... Obviamente acredito que o Beach Tennis é muito mais recreativo do que um esporte competitivo, pelo menos pelo que vejo, e é praticado por uma nata de associados pertencente a outros esportes, muitos do Tênis, Beach Tennis, então, aquela parte passa a ser uma recreação, nem tanto como esporte competitivo. Acho que essa visão pelo menos o Conselho vota se acha que deve ser cobrada ou não essa recreação. Com

relação à planilha técnica da planilha acredito que ela tenha sido um pouco superestimada. Acredito que não vai haver esses R\$360 mil que o senhor se refere, porque à medida em que começamos a taxar, como nosso Conselheiro aqui que antecedeu e disse, você acaba tendo uma deserção. Então, esse esporte começa muitos envolvidos e não irão mais, principalmente os jovens de 17, 16. Vejo crianças lá abaixo de 17, eles não vão pagar essa taxa. Então, nessa sua tabela proposta acredito que deveria ser revista e colocasse uma depreciação em termos de valores e de pessoas que iriam praticar, e não no número total, porque você pegou o número pleno hoje atual disso. Acredito que haveria uma grande deserção e não iria dar esses R\$360 mil. É só essa minha opinião técnica com relação. Obrigado.

Mario Montenegro Gasparini – Agradeço, Padin, quero te dizer que talvez tenha me expressado mal. Quando falei competitivo, o Beach Tennis é competitivo, a gente tem visto diversos campeonatos, aliás, o Clube tem se destacado. Temos entre nossos atletas alguns campeões, é competitivo recreativo, não é competitivo de alto rendimento, é diferente. Queria te destacar que trata-se de área de uso específico e especializado, então, é totalmente diferente de uma área recreativa. Não é o parquinho, que qualquer um entra, lá você precisar estar habituado, precisa estar adequado dentro do sistema. E com relação a sua sugestão, se isso que você está colocando é verdade, tudo que a gente colocou na PO também acaba caindo por terra, porque tem um grande número de pontos que estão baseados em estimativas, em certamente elementos como aqueles que utilizamos aqui nessa apresentação. E gostaria também de te dizer que tive o cuidado de avaliar, existe uma grande fila de espera, tem uma demanda grande pela área de areias. Então, aqueles que efetivamente talvez não se interessem em participar dessa contribuição certamente vão poder ser substituídos por outros. Aliás, como foi previsto pela própria Diretoria, que está estimando um aumento de 25% no número de inscritos.

Cândido Padin Neto – Por ser recreativo.

Mario Montenegro Gasparini – Não, pela aula, eles pagam pela aula.

Cândido Padin Neto – Mas aí é diferente.

Mario Montenegro Gasparini – E a gente está cobrando um valor bem baixinho, como é no Tênis. Você é tenista, sabe disso.

Cândido Padin Neto – Mas é a receita, né?

Mario Montenegro Gasparini – Sem debates. Obrigado.

Cândido Padin Neto – Obrigado.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – ... O que me traz aqui são só umas dúvidas com relação à parte de investimentos. É uma dúvida que existe em todo lugar, o que é investimento e o que é manutenção. Aqui em nossos Regulamentos, Estatuto é claro, que manutenção você usa verba do Custeio, investimento você usa e vem pedir autorização ao Conselho. Acabamos de aprovar agora cinco obras pelo Investimento, num total de R\$ 1.575.000,00. Estamos tirando do Custeio e jogando no Investimento. É uma dúvida que existe aí no mercado o que é manutenção, o que é investimento. Manutenção é fazer com que se mantenha o bem em uso. Furou o pneu de um automóvel você troca, isso é manutenção. Furou o radiador, troca, isso é manutenção. Investimento seria alguma coisa que não faz parte da operação: trocar o assento do banco, melhorar o toca fitas, sei lá, coisas desse tipo. Agora, o que traz aqui são algumas dúvidas com relação a isso. Aprovamos uma obra na reunião passada com relação à troca do piso do ginásio do Handebol. Obra que foi pedido de

R\$274 mil. Na PO, página 108, está elencada como R\$500 mil para 2020. Perguntaria, seria outra coisa ou essa mesma? A outra é melhorias no entorno das quadras esportivas externas. Aprovamos R\$226 mil agora e está sendo pedido R\$370 mil para essas duas obras. Temos já aprovadas, página 107 da PO sete ou oito obras, num total de R\$6,5 milhões que estão em andamento. Essas com certeza deverão ser feitas, então, vamos ter esses R\$6,5 milhões mais esse R\$1,5 milhão, dando R\$8 milhões. Então, essa é a dúvida que tenho com relação principalmente a esses valores dessas duas obras, que não condiz. Outra observação, existem alguns associados e Conselheiros que falam que o “C” do Esporte Clube Pinheiros é Esporte “Cultura” Pinheiros. De fato, a cultura tem sido muito boa, tem tido muita aceitação. E é com tristeza que vejo que na página 52 temos uma redução em atividades culturais de 47%; cursos na ordem de 54%; orquestra, coral e banda 55% e promoções culturais na ordem de 17,2. Isso é muito ruim, porque vinha se com investimentos bons em um programa ótimo de cultura, de palestras e que praticamente, com essas reduções, não sei se vamos ter uma diminuição na qualidade disso. Na página 89, da Presidência tem um item do Centro Pró-Memória, gostaria que vocês vissem, dessem uma olhada nas atividades que vão ter para o ano de 2020. Posso fazer uma propaganda da palestra de amanhã? ... Amanhã teremos, às 20h30, na Sala 1 de Conferência uma palestra sobre o case de sucesso da memória esportiva. Vai ser apresentada pela nossa Gerente do Pró-Memória, Yara Rovai, e com a nossa Diretora do Centro Pró-Memória, Dulce Avancini. Todos estão convidados. Vale a pena assistir.

José Marlon Salvador Barroso (aparte) - ... Rapidamente, sobre a questão das obras, talvez o entendimento seja assim, o orçamento quando chegou da proposição, chegou menor do que estava previsto, projetado na PO, nos dois casos. Um chegou maior, outro chegou menor, mas no fundo eles estão atendidos em relação à questão do orçamento, da rubrica investimento. Só para esclarecer sua dúvida em relação a isso.

José Roberto Carneiro Novaes Junior - Obrigado.

Fernando Silva Xavier Junior - ... Primeiramente, gostaria de me solidarizar com a emenda do Conselheiro Sérgio Gasparini. Não vou repetir tudo que eles já disseram aqui, o Conselheiro Cadô, Conselheiro Sérgio Gasparini e o Conselheiro Ivo Carotini. Primeiramente, vou falar em nome da Comissão de Esportes, que realmente a Comissão de Esportes gostaria de fazer uma proposta que retirasse essa linha da página 122. Tênis competitivo R\$ 550,00, que realmente não tem o mínimo cabimento a cobrança dessa taxa, dessa tarifa, para que realmente não haja precedente para previsões orçamentárias futuras. Então, gostaria de apresentar essa proposta pela Comissão de Esportes, para que nas próximas POs não haja mais esse tipo de cobrança.

Presidente - O senhor está suprimindo essa receita, então, uma sugestão, enfim, para facilitar, o senhor adere à proposição da Comissão de Jovens?

Fernando Silva Xavier Junior - Sim.

Presidente - Perfeito.

José Marlon Salvador Barroso (aparte) - ... Como a gente está tratando de um tema específico, que é a questão efetiva de diminuir o valor, ou pelo menos eliminar o valor da taxa, em vez de a gente discutir uma emenda, porque há outras consequências em relação à proposta apresentada, por exemplo, dissídio, data-base. Quando você faz a PO em agosto e setembro está fazendo uma projeção, até porque o acordo coletivo, ao contrário do que a proposta que foi apresentada aqui no Plenário, o acordo coletivo ocorre em novembro. Na realidade você está trabalhando sempre como sempre foi historicamente na construção da PO, você está colocando o valor projetado. Então, acho que se o debate é discutir o Tênis

competitivo e eventualmente a Esgrima, elas podem ser objeto de recomendação específica. E realmente a questão, os valores são irrisórios, dá para realmente recompor a questão orçamentária sem penalizar o Custeio, porque essa é a estratégia da PO. A PO foi amplamente discutida e aparentemente a ideia é não penalizar o Custeio. Então, queria saber qual é a sua impressão, se manteria apenas a ideia de fazer um debate específico sobre essas duas taxas cobradas.

Fernando Silva Xavier Junior – Acho que tem que eliminar, excluir essa taxa.

José Manssur (fora do microfone) – Da Esgrima também.

Fernando Silva Xavier Junior – Da Esgrima também. Acho que tem que excluir. Você mesmo disse que são valores irrisórios, não vai penalizar o Custeio.

José Marlon Salvador Barroso – Perfeito, só que a única questão é que se for eliminar isso, que não há problema nenhum caso esta Casa decida, o Plenário decida, ele é soberano sobre isso, o problema é não discutir a questão da composição do dissídio, porque é uma versão que depois a gente vai refutar, que não é adequada. Se o pano de fundo é rever as taxas, a Casa é soberana para eventualmente debater isso, não acho que tem que ter amarração em relação à questão de dissídio, ou mexer numa composição que a gente está falando em relação às receitas.

Fernando Silva Xavier Junior – Depois você vai falar sobre isso.

José Marlon Salvador Barroso – Perfeito.

...

Eduardo de Azevedo Marques Strang (aparte) – Rapidamente, só vi que no parecer da Comissão não foi mencionado esse assunto que está dando essa celeuma toda.

Fernando Silva Xavier Junior – Não.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Por que não houve nenhuma menção?

Fernando Silva Xavier Junior – Porque realmente acho que ninguém observou isso, nem a Comissão de Esportes, nem a Comissão Financeira, acho que nenhuma Comissão observou isso. Por isso que gostaria até de parabenizar o Conselheiro Sérgio Gasparini, foi muito bem observado.

José Manssur (aparte) – Na apresentação da digna Comissão de Jovens, um ponto importante, Sr. Presidente, está claro no último parágrafo, que ela fala em erro material. Um erro material é aquele que é corrigido independentemente de maiores formalismos. Tecnicamente ele foi perfeito em falar em emenda modificativa, mas ele sublinha que adveio de um erro material. Erro material é aquele que pode ser corrigido de ofício, a qualquer tempo, sem qualquer dificuldade. Posteriormente, ele diz, no 1º parágrafo da folha verso, que a motivação dessa emenda é dar aos associados do Esporte Clube Pinheiros que defendem as cores do Clube a possibilidade de o fazer sem custos. Daí porque eu vi um Benemérito irressignado “Não é um contrassenso absurdo o associado ter que pagar para defender as cores do Clube”! Isso é um contrassenso inadmissível. Estamos diante de um erro material, Sr. Presidente, passível de ser conhecido e corrigido ex officio, sem maiores delongas.

Fernando Silva Xavier Junior – Perfeito, Dr. Manssur. Em relação ao pronunciamento do Conselheiro Mario Gasparini, gostaria de, vou lembrar aos senhores, que o parecer da PO de 2019, há um ano, a Comissão de Esportes já tinha alertado sobre a cobrança das taxas dos esportes de areia. Então, está na PO do ano passado, já tínhamos alertado sobre isso. Só que acho importante, concordo em grande parte com o que o Conselheiro Mario Gasparini disse, só que acho que antes de qualquer cobrança tem que ser regulamentado o espaço, isso é muito importante, porque, cito um exemplo. Por exemplo, um atleta que joga Vôlei de Areia. Sai e vai jogar Futevôlei, ou então vai jogar Beach Tennis. É muito difícil controlar essa logística, então, é importante que seja regulamentado para que possam ser cobradas as taxas dos esportes de areia. Outra coisa, vai ser cobrado também do Futebol Society? Vai ser cobrado do Basquete Master? Tudo isso tem que ser visto, acho que tem que ser criado um grupo de estudo, uma comissão, para que seja muito bem regulamentado e para que haja equidade entre todos os esportes. A Comissão de Esportes mais uma vez solicitou em seu parecer a separação, acho que todos os Conselheiros e todos os associados gostariam de saber para onde vai o dinheiro dos esportes olímpicos e formação, tanto de Custeio quanto da Lei de Incentivo ao Esporte. Mais uma vez não veio discriminado na nossa peça, não sabemos quanto de Custeio, dos R\$34 milhões, vai para formação e quanto que vai para alto rendimento? E quanto da Lei de Incentivo ao Esporte, que já têm R\$5 milhões captados e mais R\$7 milhões em andamento, quanto que vai para formação e quanto que vai para alto rendimento? Isso é muito importante. Por último, gostaria de enfatizar, inclusive até o Conselheiro Mario Gasparini falou da parte de formação, que é muito importante, houve uma diminuição muito grande. Se vocês abrirem na página 60 da PO, se observarem: Natação formação, a projeção 2019 R\$457 mil. E a PO 2020 R\$152 mil. Quer dizer, este ano vamos gastar R\$457 mil na Natação formação, que é o esporte que acho que tem mais tradição no Clube, é a base, R\$457 mil vamos gastar este ano. E para o ano que vem vamos gastar só R\$152mil. Acho uma distorção muito grande. Você pega Polo Aquático formação a mesma coisa, R\$51 mil contra R\$20 mil. Saltos Ornamentais formação mesma coisa, R\$93 mil contra R\$26 mil, e por aí vai. Agora pega na página 62. Basquete formação R\$125 mil contra R\$94 mil. E na página 64, Esgrima formação R\$87 mil contra R\$52. Ginástica Artística formação R\$143 mil contra R\$73. Judô formação R\$86 mil contra R\$50 mil. São todos esportes de tradição no Clube, então, está indo contra o nosso Plano de Desenvolvimento de Esportes, que é privilegiar a base e a formação. Em contrapartida, você verifica em nossa peça aumentos nas verbas para alto rendimento. Então, realmente a Comissão de Esportes é totalmente contrária, é totalmente a favor de privilegiar a formação, que são nossos associados e não diminuir a verba para formação e aumentar para alto rendimento. Pois não, Mario.

Mario Montenegro Gasparini (aparte) – Obrigado, Xaxa. Primeiro, gostaria de agradecer o apoio e certamente não podia esperar nada diferente, principalmente porque esse tema foi tratado na PO do ano passado e era um tema que já estava em discussão há algum tempo. Estou de acordo com você, que é fundamental criar uma estrutura de controle justamente para que, primeiro, o serviço possa ser bem prestado. Segundo, de maneira adequada. Só vim aqui na verdade porque acho que não atingi o objetivo de deixar claro, e a mesma dúvida que esteja chegando a você também seja de outros Conselheiros. O Basquete Master e o Futebol Society na verdade não são áreas de uso exclusivo. Se você chegar lá no final de semana, às 7h, no sábado, no domingo você participa do rachão, não precisa pagar nada para ninguém. Não é cobrado nada e não precisa estar inscrito na seção, ou só exclusivo de quem joga Futebol. Assim como também, claro que no caso do Basquete Master, vou falar Basquete em geral, mas nas quadras externas também não há essa distinção, muito menos esse obstáculo para jogar. Então, é um pouco diferente na minha visão. Respeito sua colocação, mas de qualquer forma queria deixar claro que no caso específico estamos falando de uma área de uso exclusivo, que inclusive no passado houve discussão, senão me engano era uma turma da formação do Handebol queria fazer uma atividade e não foi permitido. Então, assim, nesse sentido é algo que precisa ficar claro, que é uma área específica, diferente do

Futebol Society. Apesar que no Futebol Society a turma se inscreve, joga campeonato, forma times, mas a recreação que é permitida nesses espaços não é a mesma que acontece lá na área de areias.

Fernando Silva Xavier Junior - Concordo com você, só acho que tem que ser regulamentado para que não haja esse problema de uma pessoa sair do Vôlei de Areia e ir para o Beach Tennis. Tem que regulamentar direitinho para que não tenha problema.

Mario Montenegro Gasparini - Estamos totalmente de acordo.

Maysa Marília Martini Ferreira Caruso (aparte) - Vi que vocês falaram, sou tenista, Conselheira Maysa Caruso, estou aqui para defender as areias de qualquer cobrança, porque muitos esportistas que começaram jogando Beach Tennis, hoje estão no Tênis, estão se divertindo, se vocês começarem a taxar tudo do Clube vai ficar engessado, triste. Vocês têm que nos liberar alguma coisa. Então, pago Tênis, não ligo de pagar, mas acho que vocês têm que liberar as áreas das areias. Mais uma taxa, mais uma cobrança acho inadmissível, não vejo sentido.

Fernando Silva Xavier Junior - Maysa, por que só areia, entendeu?

Maysa Marília Martini Ferreira Caruso - Você joga?

Presidente - Desculpe-me, Dra. Maysa, em apartes não têm debates.

Fernando Silva Xavier Junior - O Conselheiro Padin justificou de esporte recreativo. Esporte recreativo no Clube tem vários que posso citar aqui e que são cobradas taxas. O que ouvi dos Conselheiros que me antecederam é a cobrança justa, a equidade entre todas as modalidades esportivas. Então, cada modalidade esportiva tem um centro de custo, teoricamente teria que se pagar. Não é o que acontece, o Fitness e estacionamento bancam as outras atividades.

Maysa Marília Martini Ferreira Caruso (aparte) - Como tenista não ligo de pagar a manutenção das areias pela liberdade e alegria que tem o Clube. O Clube está alegre, feliz, todo mundo jogando, jovens. Tudo tem que pagar?

Fernando Silva Xavier Junior - Também acho, concordo com você, é um espaço maravilhoso no Clube, só que hoje cresceu demais, como o Conselheiro Mario Gasparini falou, inclusive têm competições lá direto.

Maysa Marília Martini Ferreira Caruso - E qual o problema?

Fernando Silva Xavier Junior - Então, não é simplesmente recreativo, é um esporte que é competitivo e que demanda muita manutenção. Cada dia está aumentando mais a necessidade de manutenção naquela área.

Maysa Marília Martini Ferreira Caruso - Isso é ínfimo.

Graziela Pedreschi Oria Carneiro (aparte) - Só tenho uma pergunta. Ela comentou que não se importa de pagar a areia, ela paga o Tênis e areia feliz. Pergunta para as pessoas que vão pagar os R\$ 550,00 do Tênis se elas vão ficar felizes.

José Marlon Salvador Barroso (aparte) - Só para voltar ao tema formação versus base. Tem um equívoco de a gente não comparar o quadro todo, quando compara isoladamente. Se a gente pegar esse material que foi distribuído, que reflete exatamente...

Fernando Silva Xavier Junior – Hoje?

José Marlon Salvador Barroso – Hoje. E também foi enviado via ata do próprio Conselho para explicar um pouco melhor isso. Se a gente observar esse quadro estamos falando na realidade de um gasto de 46,2 em relação à formação, escolinhas, competitivo, participativo, que na PO virou 50,9% do valor que você se referiu, que são os R\$35 milhões. Então, ao contrário do que você analisou, a não ser que eu esteja enganado, realmente houve um aumento sim de formação e uma diminuição pequena, mas uma diminuição no competitivo. Isso está espelhado aqui no resumo, que você também pode receber, se você olhar todos os dados. Vamos lembrar que tem dinheiro que vem da Lei de Incentivo e que reflete na formação. Tem dinheiro que vem de marketing, de patrocínio que também reflete na formação e na base. E você sabe, que participou de reuniões prévias, a gente fez reuniões com todas as Comissões, que a estratégia da PO e a estratégia desta gestão é exatamente fortalecer a base e evitar que só o competitivo tenha essas benesses. E não carregar o Custeio, ou seja, o valor do associado para as questões do competitivo.

Fernando Silva Xavier Junior – Então, sugiro também que vocês estudem, façam um reestudo aí de remanejamento das verbas aqui dentre as modalidades esportivas. Obrigado a todos.

Álvaro Rafael Mendes Latorre (aparte) – Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de quanto o associado banca o Vôlei feminino profissional e o Basquete masculino profissional? Que isso o associado banca e é mais uma taxa, acho que ele não tem conhecimento. Então, entra em confronto direto com a preposição feita aqui no Plenário referente às areias e demais esportes. Acho que o associado já está bastante penalizado frente a essa, são milhões de reais que o associado não tem conhecimento. Então, bancar mais areia, mais isso, mais Basquete eu acho que é uma afronta para o desenvolvimento do próprio esporte, é uma afronta com o associado que participa do Clube.

Fernando Silva Xavier Junior – Realmente a ideia da Diretoria é desonerar o associado em relação ao esporte profissional: de Basquete, de Vôlei. Pelo que me parece o Vôlei tem patrocínio, agora, o Basquete, pelo que ouvi da Diretoria, senão houver patrocínio no ano que vem aí vão retirar tanto o Basquete quanto o Vôlei. Mas parece que o Vôlei tem patrocínio, né?

Álvaro Rafael Mendes Latorre – Pelo que sei, se tiver patrocínio é irrisório e o montante aí está beirando em torno de R\$4,5 milhões.

Fernando Silva Xavier Junior – A Comissão de Esportes é totalmente contrária a esporte que não tenha associado e que não tenha patrocínio, é totalmente contrária, se não tem associado e o sócio tem que bancar nós somos totalmente contra.

Álvaro Rafael Mendes Latorre – O sócio está bancando o Vôlei feminino e o Basquete masculino sem estar sabendo devidamente. E ainda vai bancar outros esportes que são recreativos, é isso que estou colocando.

Fernando Silva Xavier Junior – Concordo com você. Obrigado a todos.

Celso Luiz Borrelli – ... Tinha um discurso aqui para colocar, mas os que me antecederam já falaram por mim em defesa do esporte competitivo sem ônus para os familiares desses sócios. E para robustecer a proposta de emenda do Conselheiro Sérgio Gasparini, que é Presidente da Comissão de Jovens, vou ser breve e usar um exemplo que aconteceu comigo num passado recente. Sou sócio do Clube, com três filhos também sócios do Clube e eu tinha que fazer o aporte dessas mensalidades dos três sócios, mais minha esposa e eu. Tinha todos

os filhos fazendo esporte recreativo e um deles, que é o filho do meio, o Cristiano, jogava Futebol, etc., mas pegou gosto pelo Tênis. Do Tênis recreativo da Escolinha – Esqueci o nome do professor que dava aula aos garotos de 7 a 8 anos – ele foi para o esporte competitivo de Tênis. Tinha um orgulho muito grande de vestir a camisa do Clube Pinheiros e era um sócio que tinha essa missão competitiva de defender as cores do Clube. Isso foi tão importante na vida dele, que norteou a vida dele – Quem o conhece pode confirmar o que estou falando – que as custas deste empreendimento que foi dado aqui no Clube e ele se desenvolveu como um grande atleta no Tênis, ele ganhou uma bolsa de estudos e foi estudar na universidade em Nova Iorque, onde ele teve o custeio pela própria bolsa. Ele se formou na área de ciências econômicas. Fez um MBA lá. E agora retornou aqui para o Brasil. O que vou dizer, assim, não sei, hoje teria condições provavelmente se fosse para custear só os R\$ 550,00 dele, mas na ocasião eu custeava três mensalidades, mais a do casal e seria muito provável que se ele tivesse que pagar mais outra mensalidade de R\$ 550,00 não teria se beneficiado do esporte competitivo do Clube. Ele talvez não tivesse conseguido essa bolsa nos Estados Unidos. Então, o que estou trazendo aqui para vocês, a polêmica toda já foi criada e a soberania deste Plenário vai decidir o que é melhor, se é aprovar a emenda, ou se é retirar isso de pauta, essa cobrança. Mas quis trazer um exemplo prático e esse exemplo prático deve se repetir muitas vezes aqui no Clube. Então, é essa a minha contribuição para esse tema. Acho muito importante tudo que foi discutido e proponho seja retirada da PO essa cobrança. Ou seja, aprovação da emenda, sou totalmente favorável que o esporte competitivo, seja a Esgrima ou seja o Tênis, não tenha essa taxa cobrada. Era só isso, Presidente. Muito obrigado.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia (aparte) – Na realidade o aparte seria inicialmente para questionar o senhor, mas apenas gostaria de externar aqui os meus cumprimentos a sua fala na tribuna. Eu que sou da seção do Tênis, conheço seu filho de infância. Aqui o Claudio Vita também que treinou Tênis no Clube. Na minha época, veio aqui à memória Rafael Fontes, a Sylvia Verrone.

Celso Luiz Borrelli – Exatamente.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – ...e outros tantos, a filha do José Luiz De Luca, que é nosso colega de Conselho também com bolsa em universidades americanas, assim como o seu filho. Gostaria não apenas de concordar com a sua posição e de outros colegas que se manifestaram anteriormente, mas fazer aqui também um apelo à Diretoria, porque esse valor sobretudo para os atletas de Tênis, de mais de R\$ 500,00 por mês...

Celso Luiz Borrelli – R\$ 550.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Exatamente, é um valor muito alto, acima da nossa mensalidade. E se isso se replicar também em outras seções nós vamos matar aqui o setor competitivo do Clube. Então, quero aqui fazer um apelo não só ao Plenário, mas também à Diretoria, que pense um pouco no esporte competitivo, sobretudo em relação aos tenistas.

Celso Luiz Borrelli – Agradeço.

Luiz Carlos Augusto Meza – ... Sou, vamos dizer o alvo aqui dessa noite, sou o Diretor de Tênis, o qual fui incumbido de tentar levantar o que estava acontecendo no competitivo e tentar trazer uma solução viável para todo mundo. Então, tenho algumas considerações a fazer, que é o seguinte, as pessoas vieram aqui e falaram: Nós vamos taxar todo mundo. Nós vamos cobrar. Acabou o competitivo. E não é isso que está acontecendo. Na realidade o que a gente está propondo, hoje a gente tem 70 atletas, vou arredondar, porque são 68, mas temos 70 atletas. E desses 70 atletas, 30 continuam no programa Tênis competitivo de alto rendimento com seus valores a custo 0 (zero). Esse é um projeto que custa para o Clube R\$1.4 milhão por ano. Então, esse é um dado que talvez vocês não tivessem ciência, que é

importante levar em consideração. Sou uma pessoa competitiva e fiquei muito feliz aqui em ouvir um ex-pinheirense, campeão Pan-Americano, que honra a roupa do ECP, que veste a camisa, que vem treinar e que sabe o quanto é difícil o esporte. Dentro desses 70, há quatro meses quando fomos nomeados para acompanhar esse departamento, eu pedi em sigilo que se fizesse um levantamento dos 70 atletas e como isso iria chegar no final. Ou seja, um raio X desses 70 atletas que estão no competitivo e que nos custam R\$1.4 milhão por ano, arredondando o número, um pouquinho para mais, um pouquinho para menos, isso varia, mas só para a gente ter uma ideia. E aí a gente fez esse raio X dos atletas e tanto na parte de mídia, ou seja, o que saía na mídia com relação a esses atletas: torneios ganhos, essa exposição do ECP em todos os lugares. E também com a comissão de treinamento desses atletas chegamos ao número, que dos 70, 30 realmente davam um retorno ao Clube. Estavam em dia com as ordens que o Clube coloca. O que é isso? É um regulamento, ele tem que participar de tantos torneios, ele tem que jogar, ele tem que estar ranqueado, ele tem que vir aos treinamentos, então, a gente ficou assim “Pô, nós temos 70 e só 30 usam esse treinamento que a gente tem. No começo do ano, só para ter uma ideia, para dar números, porque a gente ouviu muito, é difícil, concordo, taxa, taxa, taxa, é complicado, mas vou dar alguns números para vocês. No 1º semestre 10% dos atletas não estavam pagando nem o Tênis Jogar. Fizemos um levantamento e lá constatou que lá tinham 10 atletas que nem o Tênis Jogar, que era uma responsabilidade para entrar em quadra eles estavam pagando. Tudo bem, fizemos uma cartinha, avisamos “Olha, começa a pagar, porque senão você não vai jogar”. Quase ninguém vai ao nosso departamento físico, que é um departamento que está à disposição do atleta para ir treinar a parte física duas, três vezes por semana. Os relatórios que a gente recebe desse treinamento físico para essa modalidade competitiva é que é praticamente nulo. Ou seja, estamos pagando uma coisa que o nosso competitivo, sendo competitivo não está indo. E aí a gente falou: Olha, nós temos que criar uma meritocracia aqui. Aqui é o seguinte, quem realmente quiser vestir a camisa do ECP, quem realmente quiser um destaque, quem realmente quiser ficar isento desse valor e respeitar tudo que a gente coloca lá, de como ele tem que agir profissionalmente, ali nos torneios, em tudo, ele vai estar isento dessa taxa. E o resto vai batalhar para chegar nesse nível. Vai ter que jogar mais torneios, vai ter que representar o Clube, vai ter que vir às aulas, vai ter que ir ao departamento físico. Tudo que não está acontecendo hoje, uma parte faz, outra parte não faz. Então, assim, esse foi um raio X que a gente teve dos nossos atletas e vou dar uma ideia de números também que é importante a gente ter, porque hoje temos crianças que estão na Escolinha. Os pais que pagam essa Escolinha para treinar duas vezes por semana...

- *Conversas paralelas.*

Presidente – Silêncio, por favor.

Luiz Carlos Augusto Meza – ...nos cinco meses, porque não é o semestre, são cinco meses, eles pagam R\$ 602,00. Ou seja, eles têm 40 aulas e o valor hora-aula da Escolinha de Tênis, onde seu filho está treinando com mais 16 ou até 20 crianças, não tem nada a ver com competitivo, nada a ver com futuro, é simplesmente recreativo, ele gasta R\$ 15,05 por hora nessa Escolinha. Se ele treinar uma vez por semana está gastando R\$ 18,75 por hora-aula. Bom, competitivo, taxa de R\$ 550,00. Vamos fazer essa conta. Competitivo R\$ 550,00 x 5 meses, R\$ 2.750,00 por mês. No mínimo essa criança estará jogando três vezes por semana durante 2 horas. Ou seja, dá uma carga horária, que o valor dessa aula custa R\$ 22,91 num treinamento competitivo, onde seu filho está somente com mais três ou quatro crianças, não com 16. E ali já está começando a se desenvolver a nível de competir. Então, olha só, a gente sai de R\$ 15,05 para quem treina duas vezes por semana. Quem for para o competitivo, treinar três vezes por semana vai para um custo de R\$ 22,91. E quem for destaque, treinar quatro vezes por semana, que o Clube permite isso, essa aula cai para R\$ 17,18 custo hora. É outro treinamento, não tem nada a ver a brincadeira da Escolinha com treinamento competitivo. Isso não estou levando em consideração que ele tem o departamento físico, que

ele pode ir três vezes por semana treinar 1 hora. Isso tem um custo para o Clube. Não estou levando em consideração que ele tem fisioterapia grátis se quiser, se ele for destaque. Que ele tem nutricionista grátis. Que ele tem todo um departamento por trás que está montando os torneios, acompanhando, indicando. Então, assim, estou simplesmente pegando o que o seu filho iria gastar numa aula de Escolinha, com mais 16, que sai R\$ 15,00, enquanto ele estaria gastando num competitivo, que é R\$ 22,91.

José Manssur (fora do microfone) – Quanto ele gasta de mensalidade?

Luiz Carlos Augusto Meza – Posso responder dessa maneira também, tenho o maior apreço, o senhor aqui é uma pessoa que me honra estar até podendo debater esse assunto. Esse treinamento que a gente proporciona aqui no Clube fora ele custaria no mínimo R\$ 4.500,00 por mês. Qualquer pai aqui que quiser inscrever seu filho numa academia de Tênis, que vai jogar 2 horas por dia, no mínimo vai ser esse valor. Estou falando mínimo do mínimo, porque o certo seria R\$6 mil. Então, é só também mostrando um pouco de número, porque senão a gente fica com um alvo muito grande. Treinamento físico duas, três vezes por semana, nutricionista, fisioterapia. Os outros clubes: Clube Harmonia, Círculo Militar, Paulistano também estão se adequando a isso. O IT, que é o Instituto do Tênis, que tem o nosso bilionário como chefe, o Lemann, como ele começou: Ah, não, traga todos para cá que absorvo aqui. Vamos dando aula, vamos ver e ninguém paga nada. Chegou uma hora que ele viu: Meu programa está errado. Não estou criando nenhum tipo de competição aqui dentro. Estou bancando e o pessoal está acomodado. Agora, não, eu quero aqui só os dois melhores de cada categoria. Serão bancados e o restante vai lutar para chegar aqui. Então, ele criou isso, viu que dando ele estava errado. Basicamente é isso, basicamente a gente estava querendo realmente criar um departamento competitivo aonde dê privilégio a quem realmente veste as cores do ECP. Quem quiser participar desse programa, que tiver interesse, mas não quer ser um tenista, não quer ser um destaque, não quer evoluir nisso, existe esse valor que a gente está propondo. Basicamente é essa a ideia.

Alexandre Perrone Lomonaco (aparte) – Parabéns pela coragem de defender algo que contraria em tese um princípio que não está escrito no Estatuto, mas é pétreo para muita gente aqui, como o Dr. Ivo Carotini, que é não cobrar da base do esporte competitivo do Clube. Pelo que entendi, os R\$ 550,00 por mês vão dar uma economia de R\$300 mil, é isso?

Luiz Carlos Augusto Meza – É.

Alexandre Perrone Lomonaco – Então, deixe-me entender, não entendi. Pensando que são R\$300 mil e que o programa custa R\$1,4 milhão para 70, fazendo a conta estou entendendo que em vez de gastar R\$1,4 milhão para 70, 99% sócios, eu vou gastar R\$1,4 milhão para 30, é isso, é essa a proposta?

Luiz Carlos Augusto Meza – Não é essa a proposta.

Alexandre Perrone Lomonaco – Essa é a matemática da proposta. Obrigado.

Luiz Carlos Augusto Meza – Para 30 não, porque a ideia, aqui falaram em nome do Rafael, de todos esses que eram competitivos no Clube, e vários outros. Se a gente fala com um pai que quer que realmente o filho seja destaque, ele não se sente numa posição confortável de estar num treinamento com gente que não quer ser destaque, que quer treinar. Mas daqui a pouquinho sabe o que vai acontecer? A escola não o deixa vir aqui treinar, a escola não ajuda a gente. Então, no horário do treinamento ele não pode vir treinar, infelizmente não pode, não tem como treinar. Então, assim, estamos nos adequando ao máximo. Vários horários que a gente disponibiliza, mas não temos também o apoio da escola. Tivemos uma reunião de pais agora, que acho que compareceram uns 30 mais ou menos, no começo da reunião falei

“Quem daqui gostaria que o filho realmente fosse por esse caminho do Tênis”? Dois, três levantaram a mão. Então, assim, não existe esse comprometimento de ser um destaque nesse esporte, a gente está querendo apenas criar um pouco de meritocracia e aqueles que merecem vão ter a isenção. Aqueles que querem treinar porque querem aprender e estar num nível melhor vamos ter essa taxa.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini (aparte) – O primeiro aparte que tenho, primeira pergunta, tenho três para fazer. Ouvi seu discurso, acho que sei sua resposta, mas gostaria de ouvir de novo com clareza. Você não acha que o valor de R\$ 550,00 por mês é abusivo? A primeira pergunta. A segunda pergunta é: Dentro da emenda que foi formulada pela Comissão de Jovens, a qual presidido, no começo do seu discurso você disse que gostaria de encontrar uma solução onde ninguém saia prejudicado? Acredito ter encontrado essa solução na emenda que propus, onde peguei, por sorte, uma, sei lá, anomalia contábil...

Luiz Carlos Augusto Meza – Eu estava aqui, eu vi.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini – ...que foi feita. Não onerei nenhum associado e consegui abater o custo que foi previsto pela Diretoria no ano de 2020. Então, acredito que se o seu objetivo é não prejudicar efetivamente ninguém a nossa emenda da Comissão de Jovens deveria ser a preferida solução. E a terceira pergunta é. O senhor não considera que o ambiente competitivo criado por atletas que competem em conjunto, principalmente no esporte individual, como o Tênis, tem importância no desenvolvimento desses atletas? Falo isso, porque fui esgrimista durante grande parte da minha infância e adolescência. Convivi com diversos bons atletas, alguns poucos grandes atletas. Tenho a honra e o privilégio de falar que tenho três amigos associados que foram atletas olímpicos. Ainda são. Espero que compitam mais olimpíadas. Treinava diariamente com todos. Infelizmente não tinha o mesmo nível técnico que eles, então, perdia bem mais do que ganhava.

Luiz Carlos Augusto Meza – Você vai tomar muito meu tempo.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini – Mas tenho certeza que manter o contato com eles e treinar, aproveitar a experiência de ter atletas desse nível jogando comigo todos os dias, além de competições, onde tinha que me esforçar muito mais do que o necessário para poder estar de igual para igual com eles, me fez crescer – Sem contar as derrotas, claro, porque o maior professor da sua vida são suas derrotas – me fizeram crescer muito mais do que eles teriam sido privilegiados em não pagar nada e estarem treinando entre os melhores, com atletas como eu tendo sido preteridos por conta do seu...

Presidente – Dr. Sérgio, por favor.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini – Era isso.

Luiz Carlos Augusto Meza – Tenho que responder, né? Primeiro, com relação ao valor. Se você me perguntar se o programa que a gente oferece ao associado é caro eu vou falar que não. Não é uma realidade, é um programa super subsidiado. Assim, não vejo nenhum lugar no Brasil que tenha alguma coisa similar, então, a minha resposta é não. Com relação a estar treinando, que as pessoas crescem, você cresce junto. Acho que sim, é assim que se cresce, mas você que está no nível também não vai evoluir, vai estacionar, não estarei dando um treinamento à altura, que você já se destacou, se eu tiver um pessoal que não quer se destacar, só para estar do seu lado. Ah, estou aqui, vou crescer. Então, a nível de competição acho que também não é legal. ... Terceira. Seu programa, onde você achou uma brecha financeira que cobre lá, cobre aqui. Olha, se efetivamente é um fato, não sei mensurar isso, não tive contato com esses números, é uma super ideia.

Alexandre Fiore Weyand (aparte) – ... Nesse encarte que a gente recebeu hoje à noite, em seu discurso o senhor falou sobre que esse mesmo treinamento aí fora custaria 10 vezes mais.

Luiz Carlos Augusto Meza – Sim.

Alexandre Fiore Weyand – Queria entender se está usando isso como base em academias, ou clubes, porque, assim, para vir com esse dado teria que ter realmente um comparativo, isso teria que ter sido embasado para realmente defender essa proposta, teria que chegar em nós Conselheiros para ter algum tipo de embasamento, porque é um absurdo, R\$ 550,00 é muito dinheiro. Desculpe-me, não dá para acreditar nisso.

Luiz Carlos Augusto Meza – A nível de embasamento o que posso dizer é como quem já frequentou esses polos competitivos, em que já sabe que aí fora se você tiver um treinador a sua disposição 2 horas por dia, um departamento físico, toda estrutura que um Clube dá para você para evoluir. Você pode jogar todos os dias, esse vai ser o valor do treinamento. Você pode tomar como base, por exemplo, uma coisa que não tem nada a ver, porque o valor é muito inferior a um treinamento, 1 hora de um professor particular, que é R\$120, R\$ 150,00. Aí você vai chegar muito perto desse número de R\$4,5 mil, R\$5,5 mil. É só pegar esse número, multiplicar por 3 ou 4 horas e vai ver que vai chegar num número muito próximo desse.

Graziela Pedreschi Oria Carneiro (aparte) – Falo agora não como Conselheira, mas até como mãe de atleta da Natação, não é nem do Tênis. Pergunto se em algum momento em toda essa organização de números vocês pensaram no indivíduo, na criança que está lá treinando e não no número? Percebi que vocês têm uma preocupação muito grande de a criança não ir ao psicólogo, de a criança não ir ao nutricionista, de a criança não cumprir as regras, em vez de vocês fazerem as crianças cumprirem as regras vão taxar para que elas cumpram as regras. Então, assim, fico muito triste como mãe de atleta. Infelizmente meu filho não tem o destaque que gostaria de ter na Natação, mas ele vem treinar seis vezes por semana, 2 horas por dia. Preparo físico. Às 7h da manhã o moleque está aqui e de repente ele ser cobrado. Porque tudo isso que está acontecendo vai abrir um precedente enorme para se cobrar em outros esportes. E vocês estão se esquecendo do indivíduo, da criança entre 12 e 18 anos que está lá ralando e se matando para treinar por causa de R\$ 550,00 ou de R\$ 300,00 e a gente tem um prejuízo de restaurante de R\$6 milhões. A gente gasta numa festa de Conselho R\$150 mil. É palhaçada isso! Desculpe-me.

Luiz Carlos Augusto Meza – Ponto restaurante, essas coisas não posso...

Graziela Pedreschi Oria Carneiro – Não é questão de restaurante, se vocês estão falando em número, existem outros lugares que conseguimos tirar isso. Pergunto se em algum momento em tudo isso vocês pensaram no indivíduo, na criança?

Luiz Carlos Augusto Meza – Me foi incumbido o seguinte, de analisar como é que estava o departamento competitivo do Clube. Fazer um raio X para saber se o mínimo que você como mãe, quando seu filho entrou no programa, assinou as regras, estavam sendo cumpridas.

Graziela Pedreschi Oria Carneiro – Que ele cumpre.

Luiz Carlos Augusto Meza – Efetivamente em vários casos não estavam.

Presidente – Sem debates.

Graziela Pedreschi Oria Carneiro – Entendo, mas te pergunto, é taxar ou fazer a criança e o pai da criança cumprirem a regra? Porque se ele não cumpre a regra, pergunto “Meu senhor, seu filho não está cumprindo a regra, ele não pode participar do departamento”. Na Natação é assim. Se ele não cumpre a regra, não faz “Querido, vai nadar lá fora no Junior com o professor Alexandre, aqui dentro não dá”. Ok, a gente sabe disso, eles não vão cobrar. Minha dúvida é toda essa.

Presidente – Obrigado, nós entendemos.

Mário Gonçalves Soares (aparte) – Como ex-atleta do Clube de competição acho muito simples, tem que fazer o que acabou de falar a Conselheira, afasta quem não cumpre as regras. Acho que temos que criar nossos filhos aqui, nossos filhos têm que ser competidores. Ah, não está podendo vir ao treino, ele é afastado da equipe.

Agora, quem estiver na equipe, quem usar o escudo do Clube, todo final de semana à disposição do Clube, indo para evento, esse não tem que pagar.

Luiz Carlos Augusto Meza – Exatamente, mas é o que a gente está propondo aqui.

Mário Gonçalves Soares – Não é não.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.

Luiz Carlos Augusto Meza – É sim.

Mário Gonçalves Soares – Acho que tem que fazer igual a Escola do Guga, quem é competidor do Guga não paga nada. Quem quer ir lá visitar, participar de um camping do Guga paga para treinar, aí tudo bem. O cara que está desinteressado, quer participar de um camping, de um treinamento, paga os R\$ 550,00. Agora, o que vai competir, como o filho da Conselheira, que final de semana está à disposição do Clube para ir à competição, representa, usa o escudo do Clube, esse não tem que pagar nada.

Luiz Carlos Augusto Meza – Você está completamente certo no que está falando. E no nosso raio X de 70 são só 30 que fazem isso.

Mário Gonçalves Soares – Então, mantém os 30. Os outros não são da Seleção do Clube.

Luiz Koji Ohara (aparte) – Acho que estamos discutindo aqui no momento sobre a taxa do competitivo, quer da Esgrima, quer do Tênis. Você como Diretor do Tênis, acho que entende de Tênis. Você especificou que temos 70 competitivos do Tênis, que é um levantamento que você fez.

Luiz Carlos Augusto Meza – 68.

Luiz Koji Ohara – Você sabe que no Tênis hoje, na condição como você está apresentando, que 30 seriam os beneficiados, você sabe que oscila muito o negócio de ranking de Tênis: o 31º no seu modo de ver nunca vai ter a vez de estar no meio desses 30, acredito eu. Então, não é como funciona o Tênis, porque esse 31º poderá ser o 20º dessa relação dos 30. Se você não der oportunidade e cortar os benefícios que existem no departamento do Tênis, do qual jogo há 65 anos, mais que a idade que você tem.

Luiz Carlos Augusto Meza – Sim.

Luiz Koji Ohara – Acho que não está correta essa sua maneira de pensar e, sim, a taxa tem que ser livre para o competitivo, quer na Esgrima, quer no Tênis.

Rodolfo José Sanchez Serine – Sr. Presidente, pela ordem. ... A título de colaboração, com fulcro no Art. 57, inciso I, dado o calor dos debates e o número de apartes feitos ao Conselheiro e o cerne da discussão sendo exatamente a questão da cobrança do Tênis competitivo e da Esgrima competitiva, não seria o momento, Sr. Presidente, de convidarmos o Presidente da Diretoria para ocupar a tribuna e esclarecer exatamente esse ponto, porque se o Presidente entender, dada toda a repercussão desse assunto, as orações que já foram colocadas ao Plenário e o debate trazido à discussão até o momento, dependendo da posição do Presidente poderemos encerrar essa discussão. Muito obrigado.

Presidente – Só para entender, o senhor não está querendo encerrar a discussão geral, só nesse aspecto?

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Geral.

Presidente – Veja bem, vou colocar a proposta ao Plenário. Qualquer Conselheiro pode, quando o Plenário está devidamente esclarecido, pedir. Só para informar, há nove Conselheiros inscritos ainda.

Luiz Carlos Augusto Meza – Presidente, posso sair, né?

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Quero fazer uma pergunta ao Diretor do Tênis.

Presidente – Diretor não, ele está como Conselheiro, Dr. Strang.

Andreas de Souza Fein – Só pediria uma sugestão. Pelo que me lembre que o senhor comentou, após o Conselheiro Pucci, falaria o Diretor Financeiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa.

Presidente – Isso.

Andreas de Souza Fein – Há uma solicitação de que o Presidente da Diretoria venha prestar esclarecimentos. Gostaria de propor, Sr. Presidente, que ouvíssemos o Conselheiro Pucci, em seguida o Diretor Financeiro, porque afinal de contas estamos falando da PO. E em seguida o senhor consultasse novamente o Plenário...

Presidente – Ele vai falar como Conselheiro hoje.

Andreas de Souza Fein – Desculpe-me, como Conselheiro, mas ele é o Conselheiro que tem gerido as finanças do Clube até agora e não acredito que vá parar de gerir amanhã. Então, é essa a minha sugestão, que ele seja ouvido. Posteriormente o senhor consulta o Plenário, se o Plenário estiver atendido, esclarecido, o Sr. Presidente da Diretoria seja convidado a prestar esclarecimentos e passaremos à votação. Essa é minha sugestão.

Presidente – Tudo bem. Obrigado, Dr. Andreas. ...

Eduardo de Azevedo Marques Strang (aparte) – Qual é o maior custo mensal que leva esse R\$1,4 milhão?

Luiz Carlos Augusto Meza – O contrato dos professores de treinamento competitivo.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Os outros clubes cobram isso?

Luiz Carlos Augusto Meza – Cobram.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Co-irmãos?

Luiz Carlos Augusto Meza – Co-irmãos: Círculo Militar R\$ 145,00, 1 hora por dia.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Do competitivo?

Luiz Carlos Augusto Meza – É. Harmonia, Paulistano, todos.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – A gente tem uma visão de custo fixo sendo diluído quando tem 70 pessoas dividindo R\$1,4 milhão. Quando passa a ter 30 eu passo a ter menos pessoas custando muito mais.

Luiz Carlos Augusto Meza – Na realidade a ideia de a gente só ter selecionado 30 era para deixar a vaga para os outros 40 associados. A gente não quer acabar o programa, a gente precisa ir na base, aquela criança de 8 anos precisa entrar. Quer dizer, a gente queria criar esse movimento. O certo, se quiser minha opinião.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Claro.

Luiz Carlos Augusto Meza – O certo seria a gente ter esse valor para 30 associados hoje e apostar neles.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Aí a gente teria um time extremamente competitivo?

Luiz Carlos Augusto Meza – Pode dar muito mais atenção para eles.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Porque essa ideia de ter 40 pessoas pagando e que não tem o mesmo ranking e a mesma capacidade competitiva de 30 pessoas top performance...

Luiz Carlos Augusto Meza – Mas que elas podem evoluir.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Podem evoluir, mas o que vai acontecer é que você vai ter pais que estão pagando e que vão exigir que tenha como escalar o filho para jogar. A partir do momento que um pai está pagando para botar o filho lá vai exigir escalar o filho “Olha, o outro aqui que não está pagando, sai, quando o filho está jogando”.

Luiz Carlos Augusto Meza – Não, o primeiro quesito nesse caso é se o aluno está respeitando as normas e se está se dedicando aos torneios por livre e espontânea vontade. Têm muitos pais aqui que pegam as crianças e levam ao torneio fora, porque não tem condição.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Não tem uma solução para a gente ajustar o tamanho e ficar com o tamanho razoável de pessoas competitivas, 30, 4, 50 e excluiria os demais.

Luiz Carlos Augusto Meza – É uma opção.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Cobrar não parece a melhor solução e sim reduzir o número das pessoas.

Luiz Carlos Augusto Meza – Também.

Roberto Cappellano – Presidente, deixe-me só entender. ... O Conselheiro Andreas fez uma colocação.

Presidente – Ouvir o Conselheiro Luís e quer que eu pergunte ao Plenário se está devidamente esclarecido o assunto.

Roberto Cappellano – No intuito de colaborar, acho que tem três ex-Presidentes para falar, Conselheiro Antonio Moreno, Conselheiro Arlindo, eu também que gostaria de falar. Poderia ver quantos estão inscritos, pode ser que algum Conselheiro abra mão. A gente poderia até combinar aqui no Plenário – Se for esse assunto específico da taxa acho que já está meio que sacramentado – se alguém abre mão, porque têm outros assuntos na PO, além desse.

Presidente – Muito bem. Após o Luís Figueiredo, teremos: Alexandre Lomonaco, Rodolfo Serine, Rodrigo Lara, Roberto Cappellano, André Fiore, Antonio Moreno Neto, Arlindo Virgílio Moura e o Presidente Ivan.

Roberto Cappellano – Então, congela nesses, esses falam e a gente pede para no máximo cinco minutos cada um.

Presidente – O Plenário...

Alexandre Perrone Lomonaco – Sr. Presidente. ... Na realidade acho que está decidida a questão da taxa, acho que na realidade o pedido do Serine de a Presidência quando se apresentar, fazer um acerto nisso, a questão da taxa do Tênis e da Esgrima. Abro mão de falar, porque acho que já excedemos bastante o apoio a essa retirada.

Presidente – Apenas para o encaminhamento, então, o Conselheiro Alexandre Lomonaco abriu mão, teremos Luís Figueiredo, Rodolfo Serine, Rodrigo Lara, Roberto Cappellano, André Fiore, Antonio Moreno Neto e Arlindo Virgílio Moura. O Plenário aceita que ouçamos esses sete de forma definitiva e depois abrimos a palavra ao Presidente? Fazemos assim?

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.

Presidente – Só um minutinho. Uma pergunta, algum desses que li o nome gostaria de abrir mão da fala? ... Não gostaria. Podemos fazer, para organizar, diminuir um pouco, para cinco minutos cada um, de forma objetiva? Aceitam? Mantemos os sete e fazemos cinco minutos?

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Sim.

Presidente – Muito bem. Obrigado, Plenário, assim fazemos.

Rodolfo José Sanchez Serine (fora do microfone) – Sr. Presidente, abro mão.

Presidente – Obrigado, Conselheiro Serine. Então, melhor ainda, um a menos. Cinco minutos cada um.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Três.

Presidente – Três com mais dois, se pedir.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – ... A discussão de uma PO sempre é uma das reuniões mais importantes que temos e com certeza toda vez que...

Presidente – Me perdoe interromper. São 23h20, também vamos com calma, talvez o assunto mais importante do Clube. Ninguém está falando bobagem. Pontos de vista importantes, esclarecedores. Tenho certeza que muitos de nós, inclusive eu, não dominam completamente o assunto, então, acho que o Plenário também aguentar aí um pouquinho mais, está cedo ainda, vamos fazer uma forcinha extra aí. Obrigado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – ... Dada a relevância, é um tema que quanto mais detalhes se têm mais perguntas surgem. Essa previsão orçamentária, como sempre falo na qualidade de Conselheiro, repito aqui, talvez de uma maneira até retórica o que sempre falei em reuniões anteriores, sempre buscamos a questão de produtividade. E aqui tem uma questão de produtividade que a PO demonstra claramente em relação a índices, em relação a reajustes. Outro ponto que é colocado aqui é o aspecto da forma como foi montada. Pela primeira vez a gente conseguiu reunir um conjunto bastante grande de pessoas, nas quais pudemos fazer as reuniões, dando continuidade ao programa de orçamento participativo, onde pudemos ouvir inclusive representantes de casas bancárias que vieram trazer o seu melhor cenário. A PO é montada nos meses de agosto e setembro e muitas coisas que surgiram aqui na conversa também são relacionadas ao que ocorre posteriormente ao prazo de elaboração da PO. E nesse sentido o meu comentário vem em relação ao aspecto que acredito ser o de maior segurança que o Clube deve ter, que é o aspecto da gestão de caixa. Em 2015 foi formada uma Comissão por esta Casa, que recebeu o nome de Comissão Especial para Estudo do Déficit, do qual vários Conselheiros aqui participaram, presidida pelo então Antonio Carlos Fiore. Remanescentes estamos aqui, Kawall, Zuccari, Claudia. E nessa ocasião colocou-se a necessidade de fazer uma recomposição em R\$14 milhões do capital de giro. O que trago como uma informação, que está disponível a todos os senhores e é uma informação que ocorre após a elaboração da PO. Todos podem observar no site do Clube agora que já existem as demonstrações financeiras de outubro publicadas no site. Essas demonstrações financeiras de outubro evidenciam que conseguimos refazer o capital de giro. Temos um excesso, se podemos dizer assim em relação ao consumo de Custeio, de R\$3 milhões. Se as nossas previsões de caixa se mantiverem e se materializarem na forma como a temos feita, significa que acabaremos o ano com esses R\$3 milhões adicionais, que foi o Custeio. Ou seja, a recompusemos o capital de giro. O que nos dá o conforto em termos de caixa de reiniciar o ano de 2020, o Clube é uma Entidade que reinicia todo ano. Falar em longo prazo para o Clube só tem sentido falar se a gente pensar no PDD, mas o resto nós somos como um orçamento de um condomínio. Começa no 0 (zero) e acaba no 0 (zero). Então, vamos começar o ano de 2020 com essa tranquilidade de que não avançaremos em outras contas que não as contas de Custeio em relação ao que temos de dinheiro em nosso caixa. É um ponto que foi trazido aqui por vários Conselheiros, acho que vale a pena fazer esse comentário em relação ao ponto relacionado a por que não se faz a recomposição de caixa no ano 2020. Com relação aos demais itens que foram aqui discutidos e que foi solicitado algum tipo de esclarecimento, a previsão orçamentária sempre tem por finalidade fazer um balanceamento de despesas e receitas. E vale o princípio, aqui é uma cláusula, como a gente fala, lei de ouro, né. Qualquer despesa só pode ser acrescida se tiver uma receita de contrapartida. Da mesma forma, qualquer receita só pode ser retirada se tiver uma despesa retirada de contrapartida. Acredito que essa seja a contribuição em relação ao caixa, Sr. Presidente, e dentro dos cinco minutos encerro participação e devolvo a palavra.

Rodrigo Ferreira Lara – ... Achei excelente a discussão do Tênis, a exposição aqui do Pucci, acho que traz à tona um assunto relevante. Em relação à sugestão do Conselheiro Sérgio Gasparini, com a devida vênia, acredito que é bem possível encontrar cerca de R\$300 mil e poder ajustar, buscar economia, se for o caso. Mas certamente não faria em cima de uma conta de dissídio, que envolve correções que só se sabe posteriormente. Acho que não mexeria muito com essa conta, se é que existe mesmo diferença, precisa avaliar com o Financeiro. Mas em princípio, pelo que discuti aqui com os colegas, parece não haver exatamente essa diferença que foi mencionada. A sugestão do Conselheiro Mário Gasparini

também achei muito boa, porque na verdade investir na formação, eu investiria até mais na formação do que o que foi a sugestão. E acho que essa revisão, é uma evolução constante, é um aprimoramento para a gente continuar buscando. Acho que todos vivemos o mesmo problema com os filhos, jovens em viagens e competições. Então, investiria até mais. Mas, de novo, buscaria talvez, se é para investir esses R\$300 mil, ou que seja até mais em formação, que se busque em outros locais do orçamento. O Conselheiro Brazolin deu também um bom caminho. Vamos buscar um pouco no alto rendimento, vamos buscar indicadores, performance. Se a gente tem os profissionais de alto rendimento, os atletas, têm os 10% do topo, os medalhistas, esses aí a gente não tem nem o que discutir. Têm os 80% no meio ali que tem que continuar subindo. E têm os 10% de baixo, que são os que tem que sair, são os primeiros que você tem oportunidade de tirar no orçamento e facilmente talvez achar os R\$300 mil, se for o caso de buscar esse ajuste. Então, vejo também muito bem o comentário do Conselheiro Andreas Fein, em relação a melhorar a estrutura de receitas, despesas. A gente está buscando aprimorar isso. Este ano foi a primeira oportunidade que tive de participar um pouco do orçamento, tentar abrir mais, mostrar mais os números, dar mais transparência para todos. É um aprimoramento constante, realmente é uma sugestão boa que a gente vai buscar incorporar. E dentro disso talvez a gente ache esses indicadores de performance, indicadores de quantas cabeças para cada valor monetário do orçamento e nos permita aprimorar. Não é fácil, porque quando a gente começa a ver “Ah, vou tirar daqui, vou tirar de uma modalidade, vou tirar de um setor”, acho que tem um trabalho feito aqui, tem um orçamento que foi razoavelmente bem pensado, bem estruturado, então, assim, recomendo, como coloquei, não sei se está certa ou errada a questão das taxas, isso aí no final o Conselho vai discutir as taxas do Tênis e da Esgrima. Acho que o Conselho é soberano, mas em relação ao orçamento acho que está com essa estrutura e acho que não precisamos talvez gastar tanto tempo aqui discutindo esses R\$300 mil, da onde vamos tirar. A gente pode talvez sair com uma missão desse orçamento, que se o Conselho assim definir em relação às taxas, se por qualquer razão “Ah, não quero essas taxas”. Ok, vamos ficar com a missão de ter que achar R\$300 mil em algum lugar do orçamento e buscar esse ajuste. Continuamos aqui aprimorando na gestão de custo. Era só isso que tinha a agregar, consolidando um pouco tudo que ouvi e espero contribuir para a boa votação dos Conselheiros.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini (aparte) – Apenas a título de informação. Dei uma olhada depois de ter sido citado mais uma vez que talvez a cobrança do dissídio estivesse equivocada. Pelo menos desde 2014, nas atas de convenções do Sindi Clube o dissídio é cobrado em duas parcelas. Então, a gente teve a cobrança de dissídio em duas parcelas em 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, provavelmente será assim de novo no ano de 2019. Ainda fui bastante generoso na estimativa que fiz...

Rodrigo Ferreira Lara – Desculpe-me, ouvi sua explicação. O senhor tem uma pergunta específica em relação?

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini – Falei “Apenas a título de informação”.

Rodrigo Ferreira Lara – Mas ouvi seu comentário, sua explanação foi perfeita, excelente, bem esclarecedora.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini – O dissídio é cobrado em duas parcelas há pelo menos seis anos. Então, não é invenção, não foi um erro, isso acontece frequentemente. Vai voltar a acontecer este ano. Caso não tenha sido feito assim as últimas previsões orçamentárias eu sinto pela previsão que a gente fez de não ter sido a mais acertada possível, única e exclusivamente tentei fazer a emenda para que ninguém saísse prejudicado, e a maneira que acho que aconteceu efetivamente.

Rodrigo Ferreira Lara – Compreendi. Obrigado. Sua explanação foi realmente muito boa. Só não buscaria correção nesse item, buscaria correção em algum outro item do orçamento.

Presidente – Só queria ponderar, Rodrigo, que a gente, como até sempre aprendi neste Plenário, para tirarmos uma receita temos que mostrar. Então, temos uma proposta objetiva apresentada por enquanto. Se a gente simplesmente cortar essa receita ficaria um rombo no orçamento. Então, alguém, ainda estamos em tempo, caso entendam que não deva ser cobrado do Tênis e também da Esgrima, deve haver essa contraprestação. Só para lembrar desse ponto.

Rodrigo Ferreira Lara – Concordo, Presidente, como disse, foram dadas várias sugestões boas de compensação dos R\$300 mil, então, a única coisa é que acho que a gente não vai conseguir fechar aqui.

Presidente – Mas temos.

Rodrigo Ferreira Lara – O Conselho pode até optar por não querer a taxa, mas onde compensar é um estudo acredito posterior.

José Marlon Salvador Barroso (aparte) – Só um aparte como contribuição. Na realidade se a Casa deliberar que realmente não vai haver cobrança das taxas vamos trabalhar com uma proposição para fazer sem mexer na questão do dissídio, que como você bem disse, é absolutamente uma projeção e a gente tem que manter isso no dissídio. Mas basicamente a Diretoria, através do Presidente, provavelmente vai encaminhar uma proposta de como recompõe, que o Presidente da Casa tem razão, não dá para fazer isso só como uma recomendação, o que a gente quer é fazer uma proposição efetiva da Presidência.

Rodrigo Ferreira Lara – Obrigado.

Roberto Cappellano – ... vou me atentar só para dois assuntos, que acho que o resto já foi explanado. A única coisa que posso sossegar o Rodrigo Lara, que acabou de sair daqui, o próprio Mário estava falando, tenho muita tranquilidade de falar, porque tinha até falado antes de ser colocado na PO, para não taxar as atividades competitivas, que seria um tiro no pé. Infelizmente se colocou na PO e a gente está discutindo isso, mas já tinha até falado, porque é contra uma cláusula pétrea você cobrar do esporte competitivo do Clube Pinheiros, vai completamente ao desencontro a tudo que enxergo como esporte aqui. E queria falar para o Pucci, ele até colocou. Meritocracia não tem nada a ver com pagamento. Pagamento é uma coisa, meritocracia é outra. Tem N formas de a gente fazer a meritocracia independentemente do dinheiro. A nossa função aqui como dirigente do Clube, eu fui por quatro anos, é tentar o máximo possível, com toda dificuldade que tem, é não onerar o associado. Esse caminho de a gente querer ir para lá é complicado. Até daria uma sugestão como Diretor, como fui Diretor Ajunto da Esgrima há 15 anos, a gente vai investir nos melhores. Então, deixa os melhores aparecerem e o Clube investe nos melhores. É o caminho natural do Esporte Clube Pinheiros. O Clube Pinheiros não seleciona antecipadamente pelo dinheiro, para depois investir nos melhores. É o contrário, quem fica bom é que o Clube investe. Para tranquilizar o que o Conselheiro Mário falou, e o Conselheiro Rodrigo Lara. Estive este final de semana no Congresso Brasileiro de Clubes, junto com o Presidente Ivan, que ganhamos o prêmio lá, e tudo. O dissídio vai ser aprovado agora na próxima semana. Vai ser em torno de 2.55 a 2.70, que é o INPC, então, nós partimos de uma previsão de 3.60 em agosto, junho quando a gente fechou. Sempre a gente põe um 0.5 para ter essas variações salariais. Ou seja, a conta do Conselheiro Sérgio Gasparini está com folga, se vocês quiserem utilizar o dinheiro nesta rubrica, mas aí vai o que o Conselheiro Presidente Célio falou, a gente precisa ter a despesa e a receita. Mas, enfim, o dissídio vai ser entre 2.55 e 2.70: 70% agora a partir de janeiro e os outros 30% a partir de maio. Então, a conta está correta, essa

pequena diferença supre essa despesa, que está sendo retirado. O que passou bem batido, que o Conselheiro Zuccari falou logo lá no começo e a Conselheira Berenice falou, acho que até precisaria pontuar, porque ninguém respondeu, ficou sempre uma discussão. Conselheira Berenice, as contingências que a gente tem, que a senhora perguntou de R\$5 milhões e poucos previstos para este ano. Na verdade, a gente gastou até 30 de setembro R\$1,3 milhão daquele R\$1 milhão previsto. A ideia da Diretoria, e ela escreve na página 96, que ela faria os acordos trabalhistas usando o Fundo de Emergência, por isso que ela coloca aquele valor ali, para dar os R\$5 milhões. Só que a gente gastar o Fundo de Emergência para fazer acordo trabalhista também acho que é uma posição muito delicada para o Clube, porque a gente pode precisar desse Fundo de Emergência numa efetividade e esse Fundo de Emergência não tem. A gente pode começar a fazer os acordos trabalhistas na virada do ano com mais tranquilidade. A gente não tem nenhuma execução, não tem nenhuma penhora, não tem nada. Simplesmente, a ideia que a gente sabe era se adiantar para fazer esses acordos trabalhistas em dezembro, por isso que estava trazendo. Mas até 30 de setembro foi R\$1.3 que foi gasto. E também precisa colocar rapidamente aqui, que a contingência que estava para cobrir o Fundo de Emergência que está na PO, que são R\$3 milhões e poucos, que é daquela nossa ação do PIS e COFINS, acho que com certeza o Conselheiro Jorge vai se manifestar quando for chamado para isso, no momento oportuno. Como foi falado aqui, é um dinheiro que, pelo próprio Conselheiro Andreas, que está naquela recomposição de R\$11 milhões. Isso foi aprovado na prestação de contas de abril. A destinação desse dinheiro quando entrar no Clube, que ele ainda não entrou, já tem uma destinação que está aprovada, para fazer a recomposição de caixa, como falou o Conselheiro Luís Sousa, como falou o Conselheiro Andreas Fein. Então, a gente não pode dar a mesma destinação que está na PO para um dinheiro que já tem uma destinação aprovada por esta Casa. Acho que isso precisa colocar bem claramente. E quando a gente fala nas contingências, pergunta da Conselheira Berenice, que o ano que vem tem R\$4,600 para R\$4,700, que está colocado, e na própria página 96, a título de colaboração, a Diretoria coloca, o Assessor de Planejamento coloca que vai pegar esse dinheiro em dezembro de 2020 para pagar acordos de 2021 – Está escrito aí na página 96 – acho que a gente poderá prejudicar o associado, no sentido que a gente vai se cobrar R\$4,600 milhões para se usar em 2021. E passa o ano inteiro com esse dinheiro no caixa. Então, se a gente for gastar em 21, a minha recomendação seria que na próxima PO a gente colocaria isso como objeto. Até porque a própria previsão orçamentária, não sei se a Assessoria de Planejamento passou batida ou não, a gente só pode fazer previsão orçamentária para o exercício futuro, a gente não pode fazer, em nosso Estatuto – Podemos alterar o Estatuto – mas a gente não pode fazer para 22, 23. Podemos criar fundos, mas aí teria que ser fundos estatutários, deliberados pelo Conselho. Então, do jeito que está se colocando, a gente está com R\$4,600 milhões – E aí tenho a solução para o problema, também dou problema e dou solução para colaborar com a Diretoria – A gente está pegando um dinheiro antecipado do sócio para se gastar em 21, essa é a primeira coisa. Se depois, do jeito que está colocado aí, no decorrer do ano tiver algum problema para o Custeio, esse dinheiro pode ir embora e a gente vai cobrar novamente do sócio. Então, se a Diretoria quer fazer esses acordos trabalhistas, primeira coisa, não use o Fundo de Emergência. Digo o seguinte, a gente pode ter muito provavelmente um problema no ano que vem do IPTU do Clube. O IPTU de 2014 a gente ainda não pagou, gira em torno de R\$3 milhões, já está nos finalmente na esfera administrativa. A prefeitura mudou o entendimento, 15 e 16 está certo, 17 e 18 a gente não pagou. E se a prefeitura for com esse entendimento que ela está vindo a gente vai ter que ou depositar em juízo, ou vai ter alguma coisa, deixa para o Jurídico decidir. Aí sim entendo que a gente teria que gastar o Fundo de Emergência, porque a dificuldade de fazer um Fundo de Emergência – Começou com o Presidente Antonio Moreno, depois o Presidente Dutra e depois por mim, não é simples de se fazer – Se gastar esse dinheiro assim em 30 dias, com uma recomposição que já está aprovada na prestação de contas a gente pode ficar com esse problema. Não vai ter problema, porque aqui a gente pode fazer remanejamento pela Diretoria, mas você teria que buscar em outro lugar. Então, sei que o

tempo é curto, mas o assunto é importante, a gente perdeu muito tempo em outras coisas, peço mais dois minutos, Presidente.

Presidente – Um minuto.

Roberto Cappellano – Está bom. Só quero dizer o seguinte, então, se a Diretoria quiser fazer os acordos trabalhistas pode começar em 1º de janeiro. Hoje é dia 25 de novembro, não tem nenhuma execução, não tem nada. Ela tem esses R\$4,600 milhões que estava querendo usar pela própria PO, em 2021, ela já tem o dinheiro, como o próprio Zuccari falou, ela pode usar esse dinheiro no ano que vem para fazer esses acordos trabalhistas e não precisa usar o Fundo de Emergência, que é o que está falando na PO. E a recomposição que foi colocada na PO para o Fundo de Emergência é um dinheiro que já está definido, como foi falado, na prestação de contas. Então, acho que estou sendo bem rápido, mas estou querendo dizer para a gente não cometer, passar batido nisso daqui. Sei inclusive que a própria Comissão Financeira já pontuou que esse dinheiro de R\$3 milhões e poucos, na verdade a gente tem no Fundo de Emergência R\$3,300 e poucos e a gente está pedindo R\$3,400 e poucos para gastar, mas não tem problema. O próprio Jorge já se manifestou, dizendo que esse dinheiro não pode ser usado para recomposição do Fundo de Emergência, ele já colocou isso, porque ele já anteviu o problema, então, também estou colaborando aqui. Para finalizar, Dr. Manssur, já te abro a palavra, o que o Conselheiro Andreas falou, ele está correto com relação à recomposição do caixa, do que foi feita aquela recomendação. E a conta do Sérgio Gasparini está tranquila no sentido de que não vai prejudicar nenhum minuto o orçamento. O resto do orçamento está perfeito. Bola para frente, vamos aprovar o orçamento aqui, fazer esses pequenos ajustes, que acho que é importante só pontuar. É isso que queria falar no meu exíguo tempo.

José Manssur (aparte) – Vou pedir desculpas por esses minutos, mas o Presidente Cappellano tocou num assunto da maior relevância, eu já tinha separado aqui para o momento oportuno. Foi mencionado pela ilustre Conselheira Gazoni, pelo Dr. Fein e agora pelo senhor. Vou ler o que está escrito, que é muito do que o senhor disse.

Presidente – Qual é a página, Dr. Manssur?

Roberto Cappellano – Página 96.

José Manssur – O 2º parágrafo inclusive tive uma dificuldade enorme, com todas as vênias, para compreender. Fundo de Emergência é o título. Vou ler: A utilização do Fundo de Emergência foi solicitada pela Diretoria – Perfeito – para o exercício atual face à necessidade de recursos para suportar as despesas com processos judiciais classificados como prováveis, e com estimativa de pagamentos em 2019 e 2020. Vai ao encontro do que o senhor falou, vai se utilizar um Fundo de Emergência, que não está no Estatuto nem no Regulamento Geral, mas foi criado por resolução, como o próprio nome diz, para fazer frente a quê?

Roberto Cappellano – Emergência.

José Manssur – Desculpe-me o pleonasma, a emergências. Aí vem: não está previsto, – Sempre, Dra. Tommasini, o problema da vírgula. Não sei por que essa vírgula está aqui, mas em todo caso – não está previsto, em 2020, complementação adicional à proposta já formulada pela Diretoria, por meio do ofício tal, ou reposição com o crédito no processo, Dr. Cappellano, do PAES, estimado em R\$3 milhões. E que neste momento aguarda uma decisão judicial.

Roberto Cappellano – R\$2,900 o valor e está com problema para tirar da Caixa.

José Manssur – Vai se utilizar o Fundo de Emergência para se fazer frente aos processos trabalhistas. E não está prevista a recomposição deste Fundo de Emergência por força do numerário advindo do PAES. E aí numa projeção futura, para 2021, e estamos na fotografia do ano vindouro de 2020, a previsão referente à constituição de complemento para os processos judiciais classificados como perdas prováveis e com expectativa de pagamento em 2021 – Então, são outros, além dos de 2019 e 2020, também seriam os de 2021? – está alocada na Diretoria Jurídica no total de R\$4,6 milhões no mês de dezembro. Este é um aspecto da maior relevância, que não está, embargos de declaração, não está claramente exposto do que se depreendeu aqui, é como o Presidente Cappellano falou, vai se usar um Fundo de Emergência para se pagar débitos trabalhistas não emergentes. Ato de gestão, não entro no mérito, mas para se utilizar o Fundo de Emergência está solicitando autorização aqui do Clube, com aprovação da PO.

Roberto Cappellano – Só um detalhe, Dr. Manssur, para completar seu raciocínio, independentemente do que a Assessoria de Planejamento pensou ou não, esses R\$3 milhões do PIS/PAES, ele foi deliberado em abril na nossa prestação de contas, que quando ele entrar, que pode ser amanhã, daqui a seis meses, daqui a dois anos,...

José Manssur – É outra destinação.

Roberto Cappellano – ...ele vai para recomposição do capital de giro, como dois ou três Conselheiros falaram, que dá o montante lá de R\$11 milhões. Então, a gente não pode em minha visão, até porque já foi aprovado no Conselho, destinar o dinheiro. E o Conselheiro Jorge Ehrhardt já manifestou isso, dizendo que esse dinheiro não pode ser usado lá. Só para também colaborar, se a Diretoria, a gente não tem nenhuma execução, nenhuma penhora, quer fazer acordos trabalhistas para tirar o passivo do Clube, que é um ato de gestão dela, estamos no dia 25 de novembro, ela pode fazer no exercício corrente de 2020 sem entrar no Fundo de Emergência.

José Manssur – Sem necessidade de entrar no Fundo de Emergência, isso é de uma gravidade plena.

Roberto Cappellano – Porque o dia que der uma emergência, se Deus quiser não vai dar, mas já aconteceu com o Dr. Arlindo, quando teve o problema aqui do para-raios, precisamos ter o dinheiro no caixa do Fundo de Emergência. É muito difícil recompor o Fundo de Emergência. O Dutra e o Antonio Moreno estão aqui. E a gente pegar para pagar acordo trabalhista acho complicado, com tudo que a gente já falou.

José Manssur – É como e vou concluir, Sr. Presidente, com a máxima vênia do senhor, e licença. É um condomínio. Vamos por analogia, um condomínio normal, de prédio. Há o Fundo de Emergência para fazer frente às despesas extraordinárias que surgem. Se este Fundo for consumido e surgir essa emergência, ou essa extraordinariedade, uma de duas: Ou vai se tirar de outro local e aí já deu problema até fora daqui, pegar recursos de outro lugar para cobrir, é a chamada regra de ouro. Ou vamos ter que fazer alguma arrecadação, que não é o normal. Ou seja, acordo trabalhista ser pago com Fundo de Emergência não é o adequado.

Roberto Cappellano – Complemento com o raciocínio, primeiro, que você pode parcelar acordos trabalhistas, 30%, sete vezes, etc. Não veio aqui, a gente não tem nem sequer a certidão de objeto para saber em que estágio está esse imbróglio. E podemos achar que o problema é pequeno e pode ser que o problema seja grande, ou vice-versa. ... Então, essa consideração que precisava falar para não passar batido e depois, como alguém falou aqui, que as obras que estão no Investimento não estão aprovadas, também precisam vir novamente. Como passou batido esse do Fundo de Emergência e para mim é complicado

mexer nisso, quis pontuar para ficar bem claro que a gente não está autorizando usar Fundo de Emergência para pagar acordo trabalhista, por tudo que já expliquei.

José Manssur – Perfeito.

José Marlon Salvador Barroso (aparte) – Primeiro, corroborar com o que o Dr. Manssur acabou de falar, realmente déficit de passivo trabalhista não é para ser pago com Fundo de Emergência. Exatamente por isso que na PO de 2020 tem R\$4.6 milhões que a gente quer aprovar exatamente para garantir isso. Mas vamos aos números reais. Foi projetado na PO de 2019 R\$993 mil. Hoje o Clube já efetivamente pagou R\$1,600 milhão, quase o dobro do que foi projetado em 2019. Vou lembrar outro problema óbvio, na Comissão Jurídica tratamos isso, na Comissão Financeira, no Planejamento, existem causas que eles consideram como provavelmente certas, de R\$10 milhões para os próximos dois anos, são R\$10 milhões que provavelmente o Clube vai ter que desembolsar. Vai poder parcelar, vai poder negociar. São R\$10 milhões no curtíssimo prazo, inclusive algumas que ainda vencem este ano que já estão transitadas em julgado. Não é expectativa, só para a gente corrigir bem a informação. Não são expectativas que a gente vai ter, são fatos, o Clube vai ter que realizar o pagamento. Não estou discutindo acordos possíveis, antecipar o acordo é uma estratégia para apenas um caso. Tem 14 casos. Três a gente já perdeu, temos que pagar. Estamos falando no valor que varia de R\$3 a R\$5 milhões. Acabei de confirmar aqui com os dados da Financeira. Então, assim, precisamos ter os números reais para fazer essa análise, porque senão fica um pouco distorcido o processo.

Roberto Cappellano – Vou te dar os números reais também, só que queria só te explicar o seguinte, Marlon. O que a gente está discutindo não é se é R\$3, se é R\$10, se é R\$5 para pagar, isso aí vai chegar. Paguei ações dos meus antecessores. As minhas ainda não estão chegando, porque sei que o grande problema ainda não é meu, mas o meu vai chegar daqui para frente, isso não tem problema nenhum, faz parte do Esporte Clube Pinheiros esse problema. Sou temerário é usar Fundo de Emergência para pagar isso. Se a gente gastou até 30 de setembro, que volto a dizer, R\$1,300 milhão. E gastou até 30 agora R\$1,600 milhão, que você falou, gastou R\$300 mil, vamos botar na previsão para R\$900. Que seja R\$2 milhões, a gente tem R\$1 milhão num orçamento de R\$250 milhões, não é nada que assuste, dá para mexer e você sabe bem, eu sei bem como funciona. Não estou discutindo, acho que se vier ação para pagar o Clube pode pagar à vista, pode descontar, não estou discutindo nada disso. Se tem o problema a gente tem que enfrentar. Como a gente vai ter problema de IPTU e não falou nenhuma vírgula aqui. Vamos ter o problema do IPTU, estou falando no Plenário para ficar gravado, nós vamos ter o problema do IPTU e precisamos guardar contingências para o IPTU, porque não têm contingências guardadas para o IPTU do Esporte Clube Pinheiros, e vai ter esse problema. Então, só quero dizer o seguinte, o Fundo de Emergência, o que quero pontuar, que está escrito aqui, que o Fundo de Emergência para pagar as contingências não acho interessante, estou pontuando. Só para finalizar, quando você fala R\$4,600 durante o ano, infelizmente ou felizmente, por isso que é importante o debate, que a gente não conversou, ele aparece que está alocado no mês de dezembro para pagamento em 21. Não sou que estou falando, é o que está escrito aqui na página 96. Agora você já me deu outra informação, me tranquiliza, que você vai usar os R\$4,600 para diluir todos os problemas de contingência durante o ano. Mas não é o que está escrito na PO, na página 96. Na página 96 está escrito: os R\$4,600 milhões vão ser alocados em dezembro para pagamento em 21. Então, para botar exatamente como você falou, deixar bem claras as informações para a gente votar uma PO certa. De resto, fora a questão do esporte e competitivo, que acho que está mais que sacramentado, a PO está perfeita. Vamos aprovar, mas só tomar esses cuidados com a mexida disso aqui. Gostaria de colocar minha posição aqui claramente, que é a do Dr. Manssur, que está, como é que fala em jurídico? “Junto e misturado”. Muito obrigado.

Andreas de Souza Fein – São 23h50.

Presidente – Obrigado, Dr. Andreas. O Plenário autoriza o prosseguimento da reunião?

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Sim.

Presidente – Obrigado.

André Perego Fiore – ... Gostaria de pontuar alguns detalhes da fala do ilustre Conselheiro Andreas Fein em relação a alguns pontos que ouvi. Peço ao Conselheiro que se estiver enganado, por favor, me corrija. Em relação à questão do esporte ser deficitário no Clube, e de fato o é, mas queria pontuar somente que isso é inerente a qualquer clube eminentemente esportivo, como é o Pinheiros, faz parte de um clube esportivo que o associado subsidie o esporte de alguma forma. Claro que o orçamento de esporte é restrito, a gente depende ainda da Lei de Incentivo e depende de patrocínios. Mas ainda que a gente consiga patrocínios e subsidiar todo o esporte com a Lei de Incentivo, ainda assim ele será deficitário, porque ainda há questões que essas leis e patrocínio não consegue bancar. Então, a questão de ser deficitário é inerente a um clube eminentemente esportivo e é o que faz o Pinheiros ser grande. Acho que hoje o subsídio do associado é pequeno em relação à taxa que ele paga, senão me engano são R\$ 80,00 ao mês que cada um dos associados paga em subsídio ao esporte competitivo do Clube. O que acho perfeitamente razoável em face do tamanho da taxa. Em relação à transparência na questão da onde vai ser investido o esporte, também suscitada pelo Conselheiro Andreas. Queria dizer que concordo com ele, porque acho que tem que haver transparência sim. Todavia acho que há alguns casos, questão de viagens, bolsas, e tudo mais, que são critérios muito técnicos e que seria praticamente impossível que a gente passasse esses critérios todos, esses detalhes do por que o dinheiro é alocado para cada coisa aqui para o Plenário. Seria uma questão muito longa e complexa para que fosse posta para todos os Conselheiros, para que fosse aprovado. Daí a necessidade de fato ter uma Diretoria competente, que graças a Deus temos tido Diretorias Esportivas extremamente competentes e que usam o dinheiro e alocam o dinheiro para o esporte de uma forma extremamente clara e competente. No mais, gostaria de parabenizar a Comissão de Jovens pela brilhante proposta que foi feita. A explicação do Conselheiro Sérgio Gasparini foi de sobremaneira muito bem elucidativa em relação a equalizar equilibrar o orçamento na questão da base 0 (zero), isto é, não vai onerar nada, simplesmente vai fazer um acerto contábil para que se cubra essas taxas da Esgrima e do Tênis. Então, queria parabenizar a Comissão de Jovens. No mais, queria só expor em relação à proposta do Conselheiro Mário Gasparini. De fato, queria expor um sentimento meu, que fiquei um pouco confuso em relação a toda essa questão de taxas. Queria até aproveitar uma opinião feita pelo ilustre Conselheiro Fernando Xavier, de que a gente deveria debater mais sobre essa questão das taxas do Clube. De fato, estou confuso, essa questão da taxa do associativo, competitivo, recreativo, quanto tem que se cobrar. As áreas específicas que perfeitamente levantou o Conselheiro Mário Gasparini em relação a isso. Há áreas que são específicas do esporte, há áreas que não são, são parcialmente específicas. Então, acho que tem que ter um amplo debate sobre isso e ponho isso a título de sugestão à Diretoria, que ela promova esse debate e elabore melhor essas taxas esportivas. No mais, agradeço o tempo. Muito obrigado.

Antonio Moreno Neto – ... Só um comentário rápido com relação ao que foi colocado aqui do Tênis. Quando fui Presidente, o Paulo Cleto era o nosso coordenador técnico. Um dia ele foi lá na minha sala, e falou: Presidente, como vamos encarar o Tênis? Vamos fazer o Tênis Jogar às crianças, à iniciação, formação? E vamos formar atletas para chegar ao competitivo e alto rendimento? Falei “Olha, Paulo, vou chamar todo mundo do Tênis, pelo menos as pessoas da época, para opinarem”, porque minha opinião ali no caso não era tão técnica assim. Aí o pessoal veio. Fizemos duas ou três reuniões, se concluiu que efetivamente a gente faria a iniciação, formação, Tênis Jogar e aqueles atletas que se destacassem iriam para as

academias constituídas, as diversas que têm no Brasil, Instituto do Tênis, assim por diante. Foi uma decisão naquela época. Hoje acho que está tendo uma indefinição sobre esse aspecto, que acho que seria interessante discutir, inclusive a Bia, que está hoje no ranking, começou aqui e depois foi fazer uma academia. Queria colocar um aspecto para o Conselheiro Gasparini. Também tenho dúvidas, Gasparini, com relação à cobrança ou não cobrança. Mas concordo com o Xaxa, Fernando Xavier, se me permitir, Xaxa, concordo que temos que ter uma regulamentação e uma normatização, explico por quê. O pessoal que vai lá jogar, vamos dizer, Voleibol na quadra de concreto – Vou dar um exemplo da minha esposa – Eles jogam lá, de repente vão para a areia e faz uma dupla. Como é que fica? Quer dizer, as pessoas que, como a Conselheira, desculpe-me, não me lembro bem o nome, que colocou que pagam a taxa do Tênis, vão jogar o Beach Tennis. As pessoas que pagam o Futebol, vão jogar Futevôlei, jogam Society, além do Futevôlei, Vôlei de areia. Então, é muito difícil você separar isso, porque se a pessoa pagar mais uma taxa, às vezes ela vai sábado e domingo lá brincar. Vai embora. Às vezes até tendo atividade principal dela, jogar Tênis, e tal, e vai lá no Beach Tennis brincar. Então, não colocaria os R\$300 mil, como foi bem colocado aqui, eles podem vir e concordo que tem que pôr nas rubricas para viagens e estadias, eles podem vir por outra origem, mas não colocaria agora, Presidente, esse assunto para definição, porque é muito complexo, então, esperaria a regulamentação e a normatização. Aí, Presidente Ivan, gostaria de colocar uma coisa, que é um sentimento de vários pinheirenses. A regulamentação e a normatização, sei que é difícil, mas tem que ser para pessoas que vêm de fora jogar também, porque sei que campeonato faz a regulamentação, mas tem muita gente vindo nos finais de semana e acho que devíamos privilegiar um pouco o sócio nessa questão das quadras de areia. São importantíssimas as competições, é lógico que são importantes, como todas as competições são importantes, mas devemos regular um pouco menos competições nesse sentido. É isso que queria dizer. Muito obrigado, Presidente.

Arlindo Virgílio Machado Moura - ...Ouvindo as manifestações aqui me assolou uma preocupação que queria dividir com vocês, que é essa preocupação com relação à manutenção do esporte competitivo. Quero dizer para vocês que todos os clubes que foram acabando com o esporte competitivo acabaram como clube. E temos exemplos como o Tietê, Esperia que voltou, para não acabar ele voltou para o esporte competitivo. O Paulistano está voltando para o esporte competitivo. É preciso que a gente entenda, aí fica mais fácil, se entendermos que o esporte competitivo é subsidiado pelo associado. O esporte competitivo nos custa em torno de R\$34 milhões, a parte do associado, porque você vai atrás de patrocínio que pode baixar esse número. Você tem o incentivo ao esporte que baixa esse número. R\$34 milhões significa algo em torno de R\$ 80,00 por mês que cada associado paga para ter o esporte competitivo, porque é o esporte competitivo que levou o Clube aonde está. Não nos enganemos. O esporte competitivo é o paradigma, é o incentivo para os nossos filhos, para os esportistas do Esporte Clube Pinheiros, é preciso entender isso. Se não entender isso nós vamos ficar nesse dilema, que é um falso dilema, mas vamos ficar nesse dilema “Ah, mas o esporte competitivo”. “Ah, mas fulano, e tal”. Não importa isso, importa o que ele traz de benefício para a sociedade pinheirense. Aqui no Brasil não estamos muito acostumados a isso, de você subsidiar, bancar determinado movimento, não estamos. É muito mais comum nos Estados Unidos, Europa, você bancar, porque é interesse da sociedade, é isso que precisamos entender. Se entendermos isso fica tudo mais fácil. O Pinheiros tem tido administrações muito conscientes da necessidade de administrar o Clube da melhor forma possível, preocupada sim, zelosa sim com as nossas finanças, com o que precisamos restringir dentro do Clube. Isso é louvável, não estou dizendo que a gente não deva fazer isso, acho que a gente deve fazer isso, sim, administrar o Clube com a maior preocupação no seu desenvolvimento e no desenvolvimento do seu orçamento. Não tenho dúvida disso, não estou dizendo “Não, sejamos mais levianos com relação à execução do orçamento”. Negativo, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Esporte competitivo é como uma despesa, é um custo que o Clube tem, que a sociedade paga. E deveria pagar

sabendo que é muito importante para o desenvolvimento do nosso Clube. O Pinheiros é o Clube mais rico das Américas. O Pinheiros é paradigma, o Pinheiros é modelo para os outros clubes. Tudo acontece primeiro aqui, somos vanguarda. E somos vanguarda porque essa potência que o Pinheiros é. Não estou dizendo que não tenhamos que ter preocupação com o nosso orçamento, com as emergências que podem ocorrer. Para isso têm pessoas capacitadas, inteligentes, competentes e comprometidas em trabalhar bem a peça orçamentária do Pinheiros. Não estou negando essa situação, acho que temos que ter sempre muito zelo na condução do nosso Clube, mas temos que ter essa consciência de que o esporte competitivo é que nos trouxe até aqui, foi ele que nos trouxe até aqui. Toda vez que vem essa discussão temos que levantar de novo essa bandeira para que a gente continue assim. Não tenho nenhuma dúvida do que estou falando, sou absolutamente convicto no que estou falando. Espero que a gente possa pensar um pouco nisso, saber da importância que é o esporte competitivo para nossa sociedade. Não estamos fazendo favor nenhum, estamos nos beneficiando dessa condição. É isso que queria colocar aqui para vocês e que vocês refletissem sobre isso. Muito obrigado.

Presidente – Obrigado, Dr. Arlindo. Bem, encerramos aqui as manifestações no Plenário. Convido o Presidente Ivan, por favor, para prestar os esclarecimentos requeridos.

Presidente da Diretoria, Ivan Gilberto Castaldi Filho – ... Só vou voltar a 1ª reunião, só para dar um detalhe, que foi protocolado no dia 21 de agosto a devolução da verba de R\$ 11.133.000,00. Também na sequência, no dia 8 de outubro, fizemos a devolução de R\$ 366.966,00. Quer dizer, então, não sabia que apesar de estar demonstrado no RAM não era de conhecimento da Casa. Mas só vamos acelerar. Agora, vamos voltar a esta reunião. Com relação ao que foi dito aqui com os valores de investimento, quando se propõe qualquer investimento para o ano vindouro seria a intenção da obra, porque qualquer coisa tem que vir ao Conselho para ser deliberado. Então, acho que isso não é uma preocupação com relação àquilo que está na PO com relação a investimento. Com relação a subsídios, que ninguém discutiu muito. Não achamos que devemos ter alterações, aumentos lineares, porque os subsídios passam a aumentar em áreas deficitárias, como o CAD e a própria Escolinha. Então, esse é o nosso entendimento, que um pequeno aumento diferencial faz com que cheguemos ao equilíbrio no global. Com relação às areias, vamos falar um pouco de areias. Lá é a área que cresci. Exista uma Diretoria chamada Atividades Recreativas, que compõe toda aquela área, onde temos dois funcionários que tomam cuidado com tudo. Temos no Beach Tennis aproximadamente 400 alunos em aula, onde existe uma cobrança, lógico, da aula. E tem um percentual que começou no tempo do Dutra, que era 10% para o Clube e 90% para o professor. Naquela época tínhamos só um professor. Fomos evoluindo isso, hoje esse percentual varia de 20 a 30% e na nossa proposta orçamentária para o ano que vem, para cobrirmos todos os déficits possíveis da área – Coisa que não existe hoje. Existirá menos ainda no próximo ano – todos os contratos serão feitos de 60 a 40: 60% para o profissional e 40% para o Clube. Então, aquela é uma área superavitária, onde temos o Beach Tennis, o Futevôlei, o Vôlei de Praia, a Peteca Livre, as quadras externas, aquilo é um complexo, aquilo é um local onde o associado vem um final de semana e não paga nenhuma taxa, é o único local que ele vem se divertir. Aliás, preste atenção, aquela vai ser a área mais bonita do Clube em curto espaço de tempo. Então, o sócio vem ao Clube e tem que ter uma liberdade de escolha, não podemos taxar tudo. Sou contra taxas a mais, então, jamais seria eu que proporia um aumento de taxa num local superavitário. Por que faremos isso? Para subsidiar o Tênis, o Futebol? Não vejo sentido. Devemos diminuir as taxas. Então, a proposta que acho que devemos fazer, depois de ver todos esses debates é que não tenhamos essas taxas de Tênis. Apesar que está clara a explicação dada pelo Pucci, quer dizer, ele estava buscando um alto rendimento realmente no Tênis. A mesma coisa na Esgrima, vamos deixar para lá as taxas. Como podemos fazer para que consigamos fazer esse equilíbrio? Lógico, se não temos receita temos que demonstrar aonde tirar essa despesa. Penso da seguinte forma, temos hoje no Basquete previsão orçamentária de R\$3,200 milhões para o ano vindouro,

onde não temos nenhum patrocínio. Só o salário de um atleta no Basquete é em torno de R\$200 mil por temporada. Quer dizer, ninguém fala nada disso e estamos discutindo coisas menores, sendo que no alto rendimento a gente joga dinheiro. Quando o Dr. Arlindo falou do Paulistano, que está voltando para a parte competitiva. Não é bem assim. O basquete no Paulistano é inteiramente subsidiado, os salários, por patrocínio. Quer dizer, hoje pagamos tudo, são R\$3,200 milhões para a previsão do ano que vem. Então, é muito simples, se o custo que teríamos na Esgrima, ou mesmo no Tênis forem R\$500 mil, me proponho, fiquem tranquilos, vamos tirar dessa área. Temos que preferir a formação. Digo mais, se não tiver o patrocínio na sua totalidade essa modalidade não existirá. O Vôlei é um pouco diferente, temos uma previsão orçamentária neste ano passado de R\$2,5 milhões, onde tivemos patrocínio de R\$600 mil, que se estenderá até o ano que vem, cuja previsão para o ano vindouro é de R\$2 milhões. Tudo bem, ali já temos um patrocínio acordado, então, é um pouco difícil de você mexer. Vamos atrás de mais dinheiro para que possamos desonerar o associado. Com relação à diferença de verba do Basquete de alto rendimento vamos colocar esse valor na formação, é claro isso aqui. Então, quero que tenham confiança naquilo que estamos propondo, porque vamos cumprir aquilo que falamos aqui em Plenário. Com relação ao que disse o Rodrigo Lara, de não mexermos, buscaremos essa outra forma com relação a aumento de dissídio. Acho bem claro, que não devemos mexer nisso e é um compromisso do Presidente, se puder, vamos eliminar essas taxas, compensar com Basquete de alto rendimento e o que sobrar de dinheiro vamos diluir na parte de formação. É o que tenho a propor a vocês e tenha um pouco de confiança na gente. Muito obrigado.

Berenice Gazoni – Desculpe-me, é que no meu pronunciamento fiz umas indagações sobre as questões dos contingenciamentos das dívidas trabalhistas. O Conselheiro Cappellano falou um pouco a respeito, mas as perguntas não foram respondidas. Não teria alguém da Diretoria, talvez o Diretor Jurídico, ou então o Diretor Financeiro, para responder aquelas questões. Acho que seria importante sabermos qual é o montante dessas dívidas trabalhistas que temos, as prováveis, as que...

Presidente – Presidente Ivan, o senhor gostaria de acrescentar alguma coisa a respeito dessa questão?

Ivan Gilberto Castaldi Filho (fora do microfone) – Pediria ao Marlon.

Presidente – É que o Marlon neste momento não pode, porque está como Conselheiro e não como representante da Diretoria.

José Marlon Salvador Barroso – Posso fazer um aparte como Conselheiro, só para informar?

Presidente – Já é aparte. Mas de qualquer forma, Dr. Ivan, posteriormente o senhor pode esclarecer, se for o caso.

Berenice Gazoni – O Conselheiro Cappellano falou em número de R\$10 milhões para os próximos dois anos, não sei se entendi bem.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Foi o Marlon.

Berenice Gazoni – Então, foi o Marlon que falou, seriam R\$10 milhões este ano e no ano que vem.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.

Berenice Gazoni – Ou 2020 e 2021. Esse é o número provável que temos para 2020 e 2021? Por que entrou, se gastamos R\$1,600 milhão, segundo o Diretor Marlon, por que temos R\$5,600 milhões aqui na PO para este ano? E os R\$4,600 milhões, tem uma nota que seria para 2021. Qual o valor total que temos desses prováveis?

Presidente – A senhora já tinha falado.

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Dr. Célio. ... Poderia pedir ao Danilo, como funcionário da área, que explicasse?

Presidente – Pois não.

Berenice Gazoni – Obrigada, Presidente.

Danilo Miziara Pereira – Vou tentar aqui na abrangência da minha competência de elaboração de orçamento responder algumas das questões trazidas pela senhora.

Berenice Gazoni – Poderia fazer mais uma pergunta nesse caso específico?

Presidente – Dra. Berenice, a senhora fez a sua participação, é meia-noite e vinte. Todos ouvimos as perguntas. Ele vai responder. Sem debate, por favor.

Danilo Miazara – Se houver alguma questão pendente tenho certeza que a gente pode por meio de Diretoria Jurídica fazer os complementos necessários com a maior brevidade possível. Os valores estimados em R\$10 milhões, sim, eles representam os processos classificados como prováveis e com expectativa de pagamento em 2019, 2020 e 2021, de ações cíveis e trabalhistas. O montante classificado na proposta orçamentária de 2020, com contingenciamento em dezembro, que é um item obrigatório a partir da circularização realizada pelos advogados, ele se deriva de 21 ações classificadas como prováveis, e tem um montante estimado em R\$2.1 milhões. Não tenho aqui de partida os valores perguntados pela senhora dos cenários possíveis e remotos, mas certamente a Diretoria Jurídica tem isso e pode informar rapidamente. E tem uma série de ações que foram trabalhadas para que este cenário não volte a ocorrer. As ações envolvem funcionários, a parte dessas ações são trabalhistas. E temos ações nas áreas esportivas, de restaurantes e uma série de outras funções administrativas.

Berenice Gazoni – Muito obrigada.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Sr. Presidente, apenas para tentar ajudar um pouquinho aqui o Plenário. Na realidade pelo que ouvimos do Presidente Ivan, ele já concordou com essa liberação desses valores relativos à Esgrima e relativos ao competitivo e deu como alternativa utilizar-se daquele valor alto atualmente existente do Basquete. Para que a gente efetivamente possa arredondar essa situação, me permitiria sugerir que a Mesa do Conselho fizesse uma proposta nesse sentido, abraçando a sugestão do Presidente Ivan, que não podemos sair daqui só com uma perspectiva de um eventual acerto posteriormente. Então, é mais um aspecto formal e para que a gente possa sempre manter essa higidez que a gente sempre mantém aqui no Conselho. Então, submeto a V. Sa. essa possibilidade de apresentar isso como uma proposta da Mesa, contemplando a sugestão do Presidente. Aí aparentemente estaríamos resolvendo o problema. É só a título de colaboração, fica a critério de V. Sa., que melhor saberá decidir.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Também a título de colaboração e de encaminhamento. Vejo com alguma preocupação uma solução que deva ser dada para nossa votação. O Presidente Cappellano também colocou aqui como sugestão, ou como recomendação a não

utilização eventual do Fundo de Emergência. Esse seria também um dado que muda os valores orçamentários nas suas receitas e despesas, enfim. Temos também, como o Presidente Ivan falou, o valor que é muito superior à taxa que está querendo ser cobrada no competitivo, que é de R\$ 300 mil, e estamos falando em R\$3,200 milhões. Então, acho que a proposta tem que ser ampla, senão poderemos sair com um orçamento em que as contrapartidas não se igualem aqui.

Presidente – Obrigado, Dr. Dutra. Na verdade, o que o Dr. Ivan falou, se bem entendi, é que o valor específico vai ser destacado do quanto é gasto, enfim, no Basquete de alto rendimento.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Seria então uma redução do valor?

Presidente – Foi isso que ele falou.

Ivan Gilberto Castaldi Filho (fora do microfone) – Manteríamos também o Fundo de Emergência, é que esqueci de falar.

Presidente – Pois não, desculpe-me.

Ivan Gilberto Castaldi Filho (fora do microfone) – Não será mexido no Fundo de Emergência.

Presidente – O Fundo de Emergência temos que lembrar que para que seja utilizado este Conselho a tempo e hora teria que autorizar, é uma questão que não precisamos nos preocupar agora. Então, vamos balizar a coisa para todos entenderem. Em primeiro lugar, aqueles que puderem votar que venham para o centro do Plenário; aqueles Diretores que se autoproclamaram impedidos, que se retirem do meio do Plenário. Primeira providência.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini – Presidente, um ponto só. ... Queria entender somente para a gente conseguir encaminhar a votação corretamente. A minha proposta leva em base...

Presidente – Ela vai ser colocada.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini – Eu sei, só estou querendo saber se ela vai ficar prejudicada, caso a proposta do Presidente Ivan seja seguida, visto que existe uma superestimação de valor em conta de pessoal na ordem de R\$ 335 mil.

Presidente – Vou colocar primeiro em votação a sua, porque é de Comissão.

Sérgio Cajado de Oliveira Gasparini – Caso minha emenda não passe esse valor continuará sendo superavitário, existirá essa superestimação e essa superestimação não foi citada.

Presidente – Em primeiro lugar, agradeço à Diretoria pela elaboração da PO, aos funcionários, enfim. Em primeiro lugar, dizer que a PO está virtualmente aprovada. Esta reunião talvez não devesse nem se chamar aprovação, e sim um aprimoramento, uma reunião de aprimoramento, porque não houve especialmente hoje nenhum Conselheiro que se manifestou pela rejeição, contra a PO. Então, isso já é uma coisa bastante relevante. Em segundo lugar, já é certa tradição desta Casa que todas as recomendações sejam levadas ao Presidente e sejam ouvidas. Nenhum Presidente está se furtando de ouvir as propostas e analisá-las com a devida atenção. E claro muitas delas, isso tem se mostrado, através dos anos essas recomendações têm sido implementadas. Então, todas as recomendações, Dr. Ivan, vou mandar a sua Diretoria e tenho certeza que cada área irá analisá-las

individualmente e dará o devido encaminhamento. Há uma proposta de Comissão de Jovens, que tem prioridade, que de certa forma posteriormente acabou encampada pela Comissão de Esportes no sentido de que, essa proposta que foi apresentada aqui pelo Conselheiro Sérgio Gasparini em nome da Comissão, no sentido de desonerar as cobranças das taxas do Tênis competitivo e da Esgrima especificamente. E aquele valor apresentado por ele, que deixaria de ser cobrado, na explicação do Conselheiro, será compensado pela diferença dos valores do dissídio. E ele explicou que o valor do dissídio será aplicado 70% em dezembro e 30% em maio. Essa diferença, ele demonstrou pela conta, seria suficiente para abater estas duas taxas, tanto do Tênis quanto da Esgrima. Nesse mesmo sentido, posteriormente, o Presidente Ivan apresentou uma proposta que ele reconhece e já assumiu que não existirá essa cobrança, tanto do Tênis quanto da Esgrima. E para que esses valores sejam compensados e a previsão permaneça hígida, ele propõe retirar valores do Basquete competitivo até esse número, não é, Dr. Ivan, é nesse sentido?

Ivan Gilberto Castaldi Filho (fora do microfone) – Basquete de alto rendimento.

Presidente – Perdão. Basquete de alto rendimento.

André Perego Fiore (questão de ordem) – Presidente, uma questão de ordem. É o seguinte, a proposta formulada pelo Dr. Ivan agora não foi objeto de debate, então, fica difícil de se votar uma proposta em que não houve um debate, principalmente quando se fala de tirar dinheiro de um esporte para desonerar outro.

José Marlon Salvador Barroso – Desculpe-me, Presidente. Na realidade a proposta é uma proposta, independentemente se o nível do debate for maior ou menor, é uma proposta que está na Mesa sim.

André Perego Fiore – Não houve nenhum debate, não houve nível de debate.

José Marlon Salvador Barroso – Mas houve aceitação pela maioria e está colocada para a Presidência.

Andreas de Souza Fein – É uma proposta modificativa, Presidente, tem problema apresentar essa proposta agora.

Presidente – O problema se houve debate ou não é outra questão. Apresentada pode ser e o Conselho é soberano para decidir, nós vamos votar.

José Manssur – Presidente, a título de colaboração. ... O senhor poderia ver o Art. 46 do Regimento Interno da Diretoria e se o senhor não poderia aplicar por analogia, para eliminar essa discussão de Basquete e outras coisas mais. ... Eu leio. ... Por analogia. As contribuições e taxas – Estamos falando de taxa, Esgrima e Tênis – somente sofrerão reajustes – E aí reajuste quer dizer ajustar outra vez – constantes do orçamento corrente, aprovado pelo Conselho Deliberativo. Portanto, se o Conselho Deliberativo não aprovar as taxas de Esgrima e Tênis, a teor do 46 estão reprovados e nós eliminamos qualquer tipo de discussão.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Senhor Presidente. ... Entendi perfeitamente a colocação do Dr. Manssur, sempre muito apropriada, mas de toda forma, se eventualmente rejeitarmos pura e simplesmente vamos deixar um buraco do outro lado. Não estou falando como proposta do Presidente Ivan, por isso sugeri que a Mesa encampasse, porque o Presidente Ivan não tem competência para apresentar uma proposta dessa natureza aqui no Conselho Deliberativo, ele pode sugerir, se comprometer, e tudo mais. Então, o que tentei expor é justamente o seguinte: Vossa Senhoria, se entender conveniente e houver o referendo do Plenário, apresentaria isso como uma emenda da Mesa.

José Manssur (fora do microfone) – Da mesma forma nós não estaríamos discutindo.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Mas a discussão já foi.

Presidente – Dr. Fasanaro, num segundo momento pode até ser feito isso, só vou colocar em votação a emenda do Conselheiro Sérgio Gasparini, que foi apresentada.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Veja bem, se V. Sa. entender que não caberia a emenda da Mesa, talvez o pessoal fosse votar...

Presidente – O senhor pode encampar também.

José Manssur (fora do microfone) – Estou propondo a utilização do Art. 46 do Regimento Interno da Diretoria.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Aí, Dr. Manssur, dá um descompasso.

José Manssur (fora do microfone) – Ou então aprovação da emenda que tem a contrapartida.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Então, é isso que estou falando, por isso é que se não houver apresentação de uma emenda por parte da Mesa temos que votar a emenda do...

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Estou esquecendo, Célio, de complementar, que haverá R\$28 mil para a Comissão de Jovens também. Serão colocados também oriundos da mesma fonte.

Graziela Pedreschi Oria Carneiro (fora do microfone) – Tirou de onde?

Ivan Gilberto Castaldi Filho – Os R\$28 mil solicitados pela Comissão de Jovens serão fornecidos também da mesma forma.

Alexandre Perrone Lomonaco – Sr. Presidente. ... Talvez tenha me escapado nos debates, mas não vi contraditório de que havia a sobra que o proponente Sérgio e a Comissão de Jovens colocaram. Se há sobra não há porque usar o dinheiro de outro lugar, o dinheiro está sobrando, esses R\$300 e tantos mil, contando os R\$28 mil da Comissão de Jovens, está sobrando dentro do orçamento. Vamos usar o dinheiro que está sobrando, porque vamos desequilibrar, discutir o Basquete. Dinheiro sobrou, vamos usar no que a gente pode e quer. Tirar algo que nunca deveríamos ter proposto. Obrigado.

Presidente – Vamos votar a emenda da Comissão de Jovens. Posteriormente, caso ela seja rejeitada nós vamos seguir conforme o Dr. Manssur sugeriu. Que aí podemos não aprovar e a Diretoria, usando esse Art. 46, de qualquer forma, a emenda do Conselheiro é apta, vou colocar em votação, não posso rejeitar uma emenda que é apta.

José Manssur (fora do microfone) – Até porque fala em erro material.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro (fora do microfone) – Não existe contrapartida na sugestão apresentada.

José Manssur (fora do microfone) – Mas já tem a contrapartida.

Presidente – De qualquer forma, a emenda tem que ser analisada, não tem como escapar disso. A emenda da Comissão de Jovens, corroborada em parte, ou, enfim, pela Comissão de Esportes, segundo manifestação do Presidente Fernando Xavier, no sentido de tirar a cobrança da Esgrima e do Tênis usa uma sobra da forma de aplicação do dissídio, que é 70%

em dezembro e 30% em maio. Aqueles Conselheiros que forem favoráveis a essa emenda, permaneçam como estão; os que forem contrários, queiram levantar-se. ... Aprovada por imensa maioria. Há uma emenda do Conselheiro Mário Gasparini no sentido de instituir uma taxa na chamada Areia do Clube: Beach Tennis, Futevôlei, enfim, os esportes de areia. Com essa taxa, conforme ele explicou naquela hora, haverá um incremento em diversas outras modalidades, tais como: Tênis formação, Natação, enfim, basicamente os esportes de formação do Clube. Ele distinguiu essa cobrança dos esportes de areia em três faixas: menores de 12 a 17; associados comuns e os Veteranos, também da forma diferenciada que ele mostrou.

Fernando Silva Xavier Junior (fora do microfone) – Célio, por favor. Vai colocar em votação a proposta do Mário Gasparini?

Presidente – Do Dr. Mário Gasparini.

Fernando Silva Xavier Junior (fora do microfone) – Então, gostaria que colocasse a minha também, que tem que ter um estudo antes para regulamentar o espaço.

Presidente – A sua já está aprovada a recomendação. Já foi encaminhada.

Fernando Silva Xavier Junior (fora do microfone) – Como vai cobrar se não tem nada regulamentado? Tem que ter um estudo.

Presidente – Entendi a sua proposta, é que aqui uma previsão orçamentária, não dá para nomear um grupo de estudo.

Fernando Silva Xavier Junior (fora do microfone) – Antes que cobre qualquer taxa.

Presidente – Veja, Conselheiro Fernando, aqueles que não concordarem com a cobrança da taxa, como inúmeros Conselheiros aqui se manifestaram, basta votar contra. E depois o Dr. Ivan tenho certeza, como inclusive ele já falou, que vai analisar todas as recomendações. A sua é uma delas, de implementar um grupo de estudo. É super válido.

José Manssur (fora do microfone) – Qual é a contrapartida, Presidente, por favor?

Presidente – Na verdade, Dr. Manssur, ele está criando uma receita. Essa receita nas contas apresentadas alcança R\$360 mil. Esses R\$360 mil, Dr. Manssur, essa receita que o Dr. Mário propõe seja criada através da cobrança dos esportes de areia alcança anualmente R\$360 mil. Este valor seria dividido em vários esportes de formação: R\$22 mil por mês, alguns um pouquinho mais dependendo do número de participantes. R\$18, R\$22, R\$25 e R\$33,500.

José Manssur (fora do microfone) – Incremento nas modalidades esportivas.

Presidente – Essas modalidades são: Tênis formação, Natação, Handebol, Esgrima, Vôlei, Polo, Atletismo, Remo, Ginástica, Basquete, Squash, Saltos, Judô, Badminton, Levantamento de Peso e Triathlon, todos, sem exceção, formação. A proposta dele é essa e alcança esses R\$360 mil, e bate. Aqueles que forem favoráveis à criação e cobrança de uma taxa nos chamados esportes de areia, sendo certo que esses valores serão distribuídos conforme acabei de dizer, em diversos esportes de formação, permaneçam como estão; os que forem contrários, queiram levantar-se. ... Proposta foi rejeitada. Com essas alterações que acabamos de votar, coloco em votação agora o principal, a proposta orçamentária em si, já com as modificações apresentadas. Pois não.

Andreas de Souza Fein (fora do microfone) – O senhor poderia mencionar quais são as recomendações aprovadas?

Presidente – São várias dezenas, são de Comissões, são aquelas que foram ditas ali, como é que vou repetir? Está na ata. Até porque serão todas encaminhadas, não são votadas. Com as alterações já aprovadas ou não, aqueles que forem favoráveis à previsão orçamentária apresentada, permaneçam como estão; os contrários, queiram levantar-se. ... Aprovada à unanimidade, com as devidas modificações.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Presidente – Informou o número de Conselheiros que assinaram o livro de presença e deu por encerrados os trabalhos aos quarenta minutos do dia vinte e seis de novembro do ano dois mil e dezenove.

Obs: esta Ata foi integralmente aprovada na 706ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 16 de dezembro de 2019.

CÉLIO CÁSSIO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Deliberativo

CLAUDIO VITA NETO
Primeiro Secretário do Conselho Deliberativo